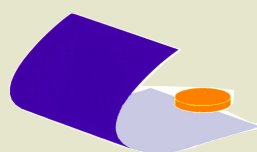


Relatório do Conselho de Administração 2002



Banco de Cabo Verde

BANCO DE CABO VERDE

RELATÓRIO
DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO E CONTAS

GERÊNCIA DE 2002

ÍNDICE

Apresentação.....	11
Iª Parte - Evolução Económica e Financeira da Economia Cabo-verdiana	13
Capítulo I Enquadramento Internacional.....	13
Capítulo II Evolução da Economia Nacional.....	18
1. Procura, Produção, Preços e Mercado de Trabalho.....	18
1.1 Procura.....	18
1.1.1 Consumo.....	19
1.1.2 Investimento.....	19
1.1.3 Exportações e Importações.....	20
1.2 Produção.....	22
1.2.1 Agricultura e Pesca.....	22
1.2.2 Indústria.....	23
1.2.3 Construção.....	23
1.2.4 Serviços.....	24
1.2.4.1 Turismo.....	25
1.3 Preços.....	26
1.4 Mercado de Trabalho.....	28
2. Sector Externo.....	30
2.1 Balança de Pagamentos.....	30
2.1.1 Balança Corrente.....	32
2.1.1.1 Balança de Bens.....	32
2.1.1.2 Balança de Serviços.....	34
2.1.1.3 Balança de Rendimentos.....	34
2.1.1.4 Balança de Transferências Correntes.....	35
2.1.2 Conta Capital e Operações Financeiras.....	36
2.1.2.1 Dívida Externa.....	38
2.2 Mercado Cambial.....	40

3. Finanças Públicas.....	41
3.1. Introdução.....	41
3.1.1 Receitas Públicas.....	43
3.1.2 Despesas Públicas.....	44
3.1.3 Financiamento.....	45
3.2. Mercado de Títulos.....	46
3.2.1 Mercado de Bilhetes de Tesouro.....	46
3.2.2 Mercado de Obrigações de Tesouro.....	47
4. Situação Monetária.....	48
4.1 Análise do Comportamento Monetário em 2000.....	48
4.2 Contrapartidas da Criação Monetária.....	50
5. Taxas de Juros.....	51
 Capítulo III Sistema Financeiro.....	 53
1. Introdução.....	53
2. Sistema Bancário.....	53
2.1 Estrutura das Aplicações e dos Recursos do Sistema Bancário.....	53
2.2. Análise dos Resultados.....	55
2.3. Risco de Liquidez.....	57
3. Sistema Segurador.....	58
3.1. Carteira de Prémios.....	58
3.2. Resultados Financeiros.....	60
3.3. Provisões Técnicas.....	61
 IIº Parte - Relatório e Contas.....	 63
Capítulo I Actividades do Banco de Cabo Verde.....	63
 Capítulo II Balanço e Contas.....	 67
2.1. Análise do Balanço.....	70
2.2. Demonstração de Resultados do Exercício.....	77
2.3 . Relatório dos Auditores Externos (Em Anexo)	

Quadros

Quadro 1– Síntese de Indicadores Económicos.....	12
Quadro 2– Produto Interno Bruto: Óptica de Despesa.....	18
Quadro 3– Formação Bruta de Capital Fixo.....	19
Quadro 4– Alguns Indicadores de Investimento.....	20
Quadro 5- Distribuição Geográfica das Exportações de Bens.....	21
Quadro 6- Distribuição Geográfica das Importações de Bens.....	22
Quadro 7– Produto Interno Bruto: Óptica da Oferta.....	22
Quadro 8– Alguns Indicadores de Actividade do Sector dos Serviços.....	24
Quadro 9– Evolução dos Principais Indicadores de Turismo.....	25
Quadro 10– Investimento Externo por sectores de actividade.....	25
Quadro 11– Procura Turística.....	26
Quadro 12– Taxas de Variação Média do IPC por Classes.....	27
Quadro 13– Taxas de Variação Média do IPC por Zonas Geográficas.....	27
Quadro 14– Inflação Subjacente.....	28
Quadro 15– Balança de Pagamentos.....	31
Quadro 16– Comércio Externo de Bens.....	33
Quadro 17– Balança de Serviços.....	34
Quadro 18– Evolução da Balança de Rendimentos.....	35
Quadro 19– Evolução das Transferência Correntes.....	35
Quadro 20– Situação da Dívida Externa em 2002.....	38
Quadro 21– Serviço da Dívida Externa.....	39
Quadro 22– Principais Indicadores da Dívida Externa.....	39
Quadro 23– Evolução dos Principais Indicadores Orçamentais.....	41
Quadro 24– Saldo Orçamental Efectivo e Ajustado do Ciclo.....	42
Quadro 25– Receitas da Administração Pública.....	43
Quadro 26– Despesas da administração Pública.....	44
Quadro 27– Evolução da Dívida Pública.....	45
Quadro 28– Bilhetes do Tesouro em Circulação.....	46
Quadro 29– Bilhetes do Tesouro por Sectores Institucionais.....	47
Quadro 30– Obrigações do Tesouro por Sectores Institucionais.....	47
Quadro 31– Evolução dos Principais Indicadores da Situação Monetária.....	48
Quadro 32– Balanço Agregado do Sistema Bancário.....	54
Quadro 33– Demonstração de Resultados.....	56

Quadro 34– Alguns Indicadores Bancários.....	57
Quadro 35– Grau de Penetração e Densidade do Seguro.....	58
Quadro 36– Evolução e Estrutura da Carteira.....	59
Quadro 37– Conta de Ganhos e Perdas.....	61
Quadro 38– Evolução da Provisões Técnicas Brutas.....	61
Quadro 39– Investimentos Totais.....	62
Quadro 40– Grau de Cobertura da Margem de Solvência.....	62
Quadro 41– Balanço.....	69
Quadro 42– Balanço: Activo.....	70
Quadro 43– Balanço: Passivo.....	71
Quadro 44– Imobilizado.....	74
Quadro 45– Demonstração de Resultados.....	77
Quadro 46– Síntese Comparativa dos Resultados.....	78

Gráficos

Gráfico 1- Produto Mundial.....	13
Gráfico 2- Comercio Mundial.....	16
Gráfico 3– Contribuição para a taxa de crescimento real do PIB.....	19
Gráfico 4 –Evolução das Exportações e Importações de Bens e Serviços.....	21
Gráfico 5– Construção e Obras Públicas.....	23
Gráfico 6 - Tendência do Volume de Vendas no Comércio.....	24
Gráfico 7– Taxas de Ocupação– Camas por Ilha em 2002.....	25
Gráfico 8– Inflação nacional/Inflação Zona Euro.....	26
Gráfico 9– Taxa de Desemprego e Actividade económica nacional.....	28
Gráfico 10– Taxa de Desemprego por Grupos Etários.....	29
Gráfico 11– Taxa de Desemprego por Concelhos.....	29
Gráfico 12– Balança de Pagamentos.....	30
Gráfico 13 – Balança Corrente.....	32
Gráfico 14 - Evolução do Comércio Externo em % do PIB.....	33
Gráfico 15 - Evolução das Remessas de Emigrantes.....	36
Gráfico 16—Balança de Capital e de Operações Financeiras.....	37
Gráfico 17– Divida Externa Efectiva, 2002.....	38
Gráfico 18– Evolução das Taxas de Cambio do CVE.....	40
Gráfico 19– Índices de Taxas de Cambio Efectivas.....	41

Gráfico 20– Evolução das Componentes da Massa Monetária.....	49
Gráfico 21– Evolução dos Passivos Monetários e suas Componentes.....	49
Gráfico 22– Evolução das Contrapartidas da Criação Monetária.....	50
Gráfico 23– Evolução dos Activos Externos Líquidos do Sistema.....	50
Gráfico 24– Evolução do Crédito Interno Líquido.....	51
Gráfico 25– Evolução das Taxas de Referência do BCV.....	51
Gráfico 26– Evolução das Taxas de Juro Activas e Passivas.....	52
Gráfico 27 – Evolução das Taxas de Juro no Mercado Primário.....	52
Gráfico 28 - Evolução das Principais Rubricas do Activo.....	54
Gráfico 29– Evolução das Principais Rubricas do Passivo.....	55
Gráfico 30– Evolução do Rácio Créditos/ Depósitos.....	57
Gráfico 31– Evolução do Rácio Provisões Espec./Créditos Vencidos.....	57
Gráfico 32– Estrutura Vida-Não Vida.....	60

Apresentação

Os principais indicadores da economia cabo-verdiana para o ano 2002 indiciam a retoma do crescimento económico, não obstante o acentuar dos sinais de crise conjuntural nas principais economias mundiais.

Estimativas do Banco de Cabo Verde apontam para um crescimento do Produto Interno Bruto da ordem dos 4% reflectindo, essencialmente, a evolução positiva da procura interna. A taxa de inflação que se regista no ano fixa-se em 1,8%, enquanto que no mercado de trabalho os indicadores observados apontam para uma taxa de desemprego de 16,2%.

A Balança de Pagamentos regista uma evolução positiva, não obstante uma ligeira deterioração da balança corrente que é, contudo, compensada por uma melhoria da balança de capitais e de operações financeiras. O comportamento das rubricas “Investimento Directo” sobretudo no sector do turismo e de “Outros Investimentos” determina o saldo da balança de capitais e de operações financeiras.

O resultado da balança de pagamentos reflecte-se na evolução das reservas externas do país, que passam a representar 2,2 meses de importação.

A nível orçamental, o aumento das receitas fiscais e dos donativos determina a melhoria substancial do défice público global, que, no ano em análise, representa 1,9% do PIB.

A expansão monetária, registada em 2002, faz com que a massa monetária atinja uma taxa de crescimento de 14,3% (9,86% no ano anterior), acompanhando o ritmo de expansão do crédito interno líquido de cerca de 13,9%. (6,86% em 2001).

A Taxa de Câmbio Efectiva Real deprecia-se na ordem dos 0,76%, quando a evolução positiva dos preços internos contribui para compensar a perda de competitividade externa, que resulta da apreciação nominal do escudo face ao dólar.

Quadro 1
Síntese de Indicadores Económicos

	Unidades	2000	2001	2002
Sector Real				
PIB real ¹	tv em %	7,9	3,5	4,0
Produto per Capita ¹	USD	1.323,0	1.306,4	1.437,5
IPC (Taxas de variação média)	tvm em %	-2,4	3,7	1,8
Taxa de Desemprego	tv em %	21,0	19,1	16,2
Sector Monetário e Câmbial				
Activos Externos Líquidos do Sistema	tv em %	-12,0	40,1	13,3
Banco de Cabo Verde	tv em %	-37,4	57,7	35,1
Reservas Internacionais Líquidas	tv em %	-29,8	72,2	50,3
Outros Activos Externos (líquidos)	tv em %	-55,9	69,7	-65,2
Crédito Interno Líquido	tv em %	24,8	6,8	13,9
Massa Monetária (M2)	tv em %	13,3	9,9	14,3
Taxa de Câmbio Nominal CVE/USD	valores médios	115,9	123,5	117,3
Índice de Taxas de Câmbio Efectivas Nominal	1989=100 valores médios	81,4	80,8	81,3
Índice de Taxas de Câmbio Efectivas Real	1989=100 valores médios	93,3	92,7	91,8
Sector Externo				
Exportações Bens e Serviços	em % do PIB	22,1	24,9	26,0
Importações bens e Serviços	em % do PIB	58,2	62,8	66,6
Défice Conta Corrente	em % do PIB	11,1	10,3	11,4
Dívida Externa Efectiva	em % do PIB	55,7	60,0	55,6
Serviços da Dívida ²	em % do PIB	2,1	2,3	3,2
Dívida Externa / Exportações de Bens e Serv.	em %	208,5	334,8	231,6
Reservas/Importações de Bens e Serv. ³	meses	1,9	1,6	2,2
Finanças Públicas				
Receitas Totais (s/ donativos)	em % do PIB	20,8	21,4	23,5
Donativos	em % do PIB	5,7	6,0	8,6
Despesas Totais	em % do PIB	35,8	32,1	33,9
Défice Orçamental Global				
Excluindo Donativos	em % do PIB	14,8	10,7	10,5
Incluindo Donativos	em % do PIB	9,9	4,7	1,9
Dívida Pública Total	em % do PIB	97,4	100,0	101,4

Fonte: Banco de Cabo Verde, Ministério das Finanças

¹Estimativas do Banco de Cabo Verde

²Inclui o pagamento de juros e capital

³Reservas oficiais (Activos Externos Líquidos do BCV) / Importações de Bens e Serviços

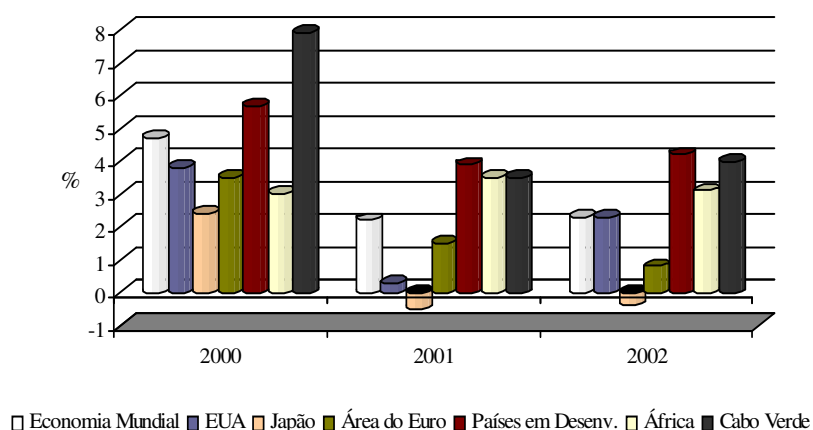
Iª Parte

Evolução Económica e Financeira Cabo-verdiana em 2002

Capítulo I - Enquadramento Internacional

A economia mundial em 2002 caracteriza-se por um abrandamento da actividade económica nas principais economias. Este comportamento foi condicionado pela conjuntura política mundial, designadamente, a ameaça permanente de ataques terroristas aos EUA, o conflito no Médio Oriente e a incerteza quanto a eventuais acções americanas contra o Iraque e seus efeitos a nível dos preços de petróleo, determinando o agravamento da crise de confiança dos consumidores e produtores.

Gráfico 1 - Produto Mundial
Taxas de Crescimento Real



Assim, em termos de áreas económicas, refira-se que os EUA registam uma taxa de crescimento de 2,3%, determinado sobretudo pela actividade económica no primeiro trimestre do ano, enquanto a Zona Euro conhece um crescimento inferior a um por cento (0,8%) e o Japão, por seu turno, regista uma evolução negativa do seu PIB.

Os países menos desenvolvidos, por sua vez, embora influenciados pela conjuntura menos favorável dos países desenvolvidos, registam uma evolução positiva em 2002, crescendo 4,2%.

EUA

A economia americana regista um comportamento favorável em 2002; crescendo 2,3% (0,3% em 2001), determinado sobretudo pela evolução da actividade económica no 1º trimestre do ano.

Esse comportamento, embora aquém das expectativas do Federal Reserve (FED) ⁽¹⁾, é explicado essencialmente pelo crescimento elevado dos gastos públicos, sobretudo despesas com a defesa, declínio acentuado do stock das empresas, além das boas condições climatéricas nos meses de inverno.

Entretanto, assiste-se a um desempenho moderado do consumo privado (representa 2/3 do PIB americano), em resultado da queda da confiança dos consumidores ao longo do ano, para a qual contribuiu, em grande medida, a evolução do mercado de trabalho (taxas de desemprego elevadas, 5,8% da população activa), a desconfiança em relação às práticas contabilísticas das empresas, que resultou numa evolução negativa dos principais índices bolsistas, e a persistente preocupação com o défice externo. O clima de incerteza, associada às ameaças de acções terroristas nos EUA e à iminente guerra com o Iraque, também constituíram factores depressivos do consumo.

Com o intuito de estimular a actividade económica dos EUA, além da adopção de medidas de política orçamental de cariz expansionista, o FED baixou em 50 pontos base a taxa *fed funds*, fixando-a em 1,25%.

Reflectindo a evolução da actividade económica dos EUA, particularmente as decisões de políticas adoptadas para estimular a economia, a moeda americana regista uma tendência depreciativa desde meados do ano. Efectivamente, em conjugação com a decisão do BCE de manter inalteradas as taxas de juro de referência da Zona Euro, a decisão da Federal Reserve contribuiu para um alargamento do *spread* entre as taxas de juros dos EUA e da Zona Euro, fazendo com que aumentasse a procura dos activos fora dos mercados americanos, o que resultou numa depreciação suplementar do dólar.

⁽¹⁾ Baseando-se na evolução da economia dos EUA no primeiro trimestre de 2003, o FED reviu em alta as suas expectativas de crescimento para 2002, para o intervalo (3,5% - 3,75%) contra o intervalo (2,5% - 3%) previsto anteriormente.

Zona Euro

Segundo as estimativas da Comissão Europeia, a economia da Área do Euro desacelera de 1,6% em 2001 para 0,8% em 2002. O desempenho da actividade económica da Alemanha, cuja taxa de crescimento do PIB não deverá ultrapassar os 0,3% em 2002, tem condicionado grandemente o desempenho da Zona.

A evolução dos indicadores de confiança e de actividade ilustram o desempenho pouco favorável da economia da Zona Euro. Efectivamente, a confiança dos consumidores apresenta um significativo enfraquecimento ao longo do ano, o que está relacionado, em certa medida, com a situação do mercado de trabalho, denotando-se um aumento do desemprego na generalidade dos países da Área do Euro (fixando-se a taxa de desemprego na Área em 8,3%). Por seu turno, de acordo com os inquéritos de opinião da Comissão Europeia, a confiança dos industriais mantém-se fraca e o índice de produção industrial continua a apresentar quedas ainda que ligeiras.

Estando o Banco Central Europeu ancorado ao objectivo único de estabilidade dos preços, mantendo fixa a taxa *refi* em 3,25%, é a política orçamental que tem tentado estimular a economia da Zona, pondo em risco contudo, o cumprimento das metas estabelecidas no Pacto de Estabilidade.

A moeda europeia, em 2002, registou uma significativa apreciação relativamente ao dólar. No entanto, os *fundamentals* da Zona Euro continuam a não dar suporte a uma sustentação do euro, podendo por esta via voltar a verificar-se uma maior volatilidade na cotação do euro face ao dólar. Com a dificuldade que a Zona Euro tem em implementar reformas estruturais e a falta de flexibilidade das políticas orçamental e monetária, a evolução do euro está muito dependente dos factores que condicionam directamente o dólar.

Japão

As perspectivas mais recentes apresentadas pelo Fundo Monetário Internacional apontam para a continuação da situação recessiva na economia nipónica. Estima-se que o PIB contraia 0,4% em 2002, sendo o segundo crescimento negativo consecutivo e o terceiro desde 1998.

No entanto, os resultados são mais satisfatórios que os do ano 2001, fazendo crer que a recuperação nipónica esteja em marcha. As exportações e o consumo privado revelaram-se fundamentais

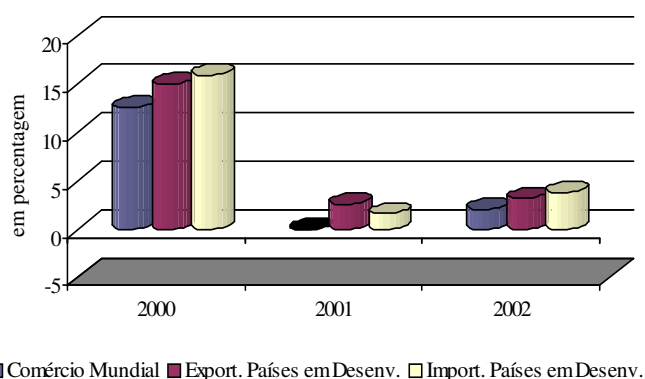
para aquele desempenho. Contudo, as preocupações continuam a evidenciar-se do lado dos investimentos, que se contraíram e, mais recentemente, com os efeitos da apreciação significativa do iene em relação ao dólar (mais de 13% durante 2002) e os atrasos na recuperação mundial ao nível das exportações.

Para estimular o crescimento, a política monetária continua expansionista, procurando injectar a liquidez necessária aos mercados e manter as taxas de juro nulas.

Países em Desenvolvimento

A evolução da economia do conjunto dos países em vias de desenvolvimento apresenta-se positiva, não obstante a conjuntura económica global. Os países menos avançados, registam uma taxa de crescimento de 4,2% em 2002, quando em 2001 tinham conhecido um abrandamento substancial de 5,7% para 3,9%. Esse comportamento pode ser explicado, em grande medida, pela evolução favorável do comércio externo, em parte resultado da cotação favorável dos produtos primários, designadamente do petróleo.

Gráfico 2-Comércio Mundial de Bens e Serviços
Taxa de Crescimento



África

A economia africana em 2002 regista uma taxa de crescimento de 3,1%, segundo o Fundo Monetário Internacional, menos 0,2 p.p. do registado em 2001. Este comportamento da economia africana reflecte além, das dificuldades internas estruturais do continente, o recrudescer das crises políticas internas e a conjuntura internacional de crise.

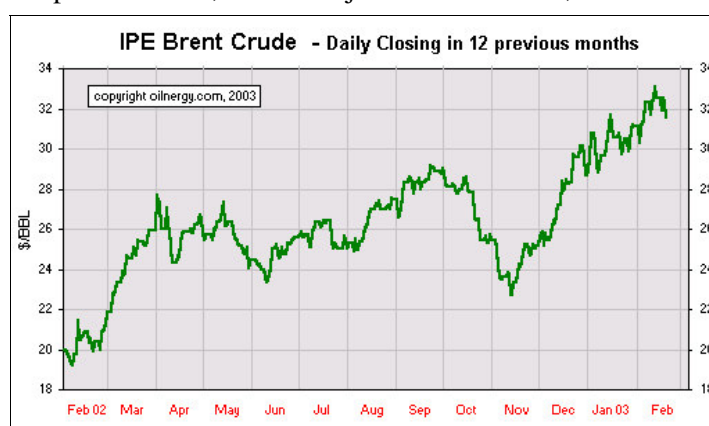
Efectivamente, a desaceleração da actividade da Zona Euro ⁽²⁾ repercute-se negativamente na economia dos países africanos, quer directamente, com a retracção do volume de mercados para as exportações africanas não tradicionais, entre as quais serviços de turismo particularmente nas economias do Maghreb, quer indirectamente, como sejam pressões no sentido da baixa dos preços das matérias primas, embora o agudizar da crise política mundial tenha beneficiado os países exportadores de petróleo.

Em termos de estabilidade económica, de realçar um reforço suplementar dos *fundamentals* atestado pelo comportamento favorável dos preços (que conhece um abrandamento da ordem dos 3,5 p.p., situando-se a taxa de inflação a 9,6%), pelo aumento controlado da massa monetária e pela melhoria das contas públicas. No entanto, a nível externo é de registar uma deterioração da balança corrente, que conhece um défice da ordem dos 1,7%, em muito relacionado com a volatilidade dos preços das matérias primas ao longo do ano, pois as receitas exportadoras dos países africanos em desenvolvimento mantêm-se fortemente dependentes dos preços das matérias primas, fixadas pelos países desenvolvidos.

Caixa: Preço do Petróleo

A conjuntura política mundial, designadamente a incerteza face a eventuais acções americanas contra o Iraque, determinaram a volatilidade dos preços do petróleo ao longo do ano, não obstante a OPEP ter assegurado um alargamento das cotas de produção.

Se na primeira metade do ano a variação homóloga do preço de petróleo em dólares foi de -13,0%, o que compara com -12,3% no conjunto do ano 2001, em virtude do aumento das cotas de produção no início



do ano em 1 milhão de barris/dia., já a partir de Julho, o preço *brent* manteve-se acima dos 25 USD, com o exacerbar da crise política entre os EUA e o Iraque e com a crise interna de um dos maiores produtores, a Venezuela. Em Dezembro, verificava-se um aumento acentuado do preço *brent* (40% relativamente ao período homólogo) com a iminência da guerra no Iraque.

⁽²⁾ Principal parceira económica de África

Capítulo II - Evolução da Economia Nacional

Em 2002, a economia cabo-verdiana apresenta um crescimento em termos reais da ordem dos 4% reflectindo, essencialmente, a evolução positiva da procura interna. Este comportamento do produto fez-se acompanhar de uma taxa de inflação favorável de cerca de 1,8% e uma taxa de desemprego que ronda os 16,2%.

A balança de pagamentos apresenta um comportamento positivo, não obstante ser caracterizado por uma deterioração da balança corrente que é, no entanto, compensada por uma melhoria significativa do saldo da balança de operações financeiras.

O desempenho do produto, associado ao aumento dos donativos e a boa cobrança dos impostos na sua generalidade reflectiu-se, por sua vez, numa melhoria substancial do défice orçamental, representando 1,9% do PIB.

1. Procura, Produção, Preços e Mercado de Trabalho

1.1. Procura

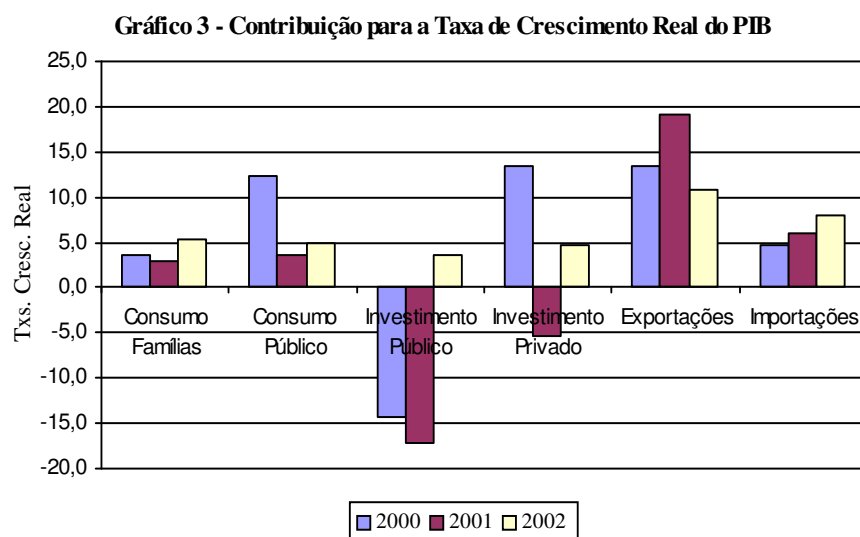
Segundo as estimativas do Banco de Cabo Verde, em 2002, a economia cabo-verdiana cresce cerca de 4% em termos reais (6% em termos nominais) contra os 3,5% registados em 2001.

Quadro 2
Produto Interno Bruto - Óptica da Despesa

	2000	2001				2002			
	P. Correntes	Tx. C.Vol.	Tx. C.Preços	P. Correntes	Estrutura em %	Tx. C.Vol.	Tx. C.Preços	P. Correntes	Estrutura em %
Consumo Famílias	47.836,0	3,0	3,7	51.094,0	73,9	5,3	1,8	54.783,0	74,7
Consumo Público	17.665,0	3,7	0,0	18.324,0	26,5	4,9	2,5	19.698,0	26,9
Investimento	23.126,0	-2,6	3,6	23.347,0	33,8	2,2	6,0	25.297,0	34,5
Público	3.385,0	-17,1	3,6	2.908,0	4,2	3,5	6,0	3.190,0	4,4
Privado	15.541,0	-5,4	3,6	15.239,0	22,0	4,7	6,0	16.907,0	23,1
Cont. Proc. Interna p/PIB	—	1,7	—	—	—	6,0	—	—	—
Exportações	16.441,0	19,0	3,7	20.287,0	29,4	10,8	1,8	22.883,0	31,2
(-) Importações	40.852,0	5,9	1,6	43.940,0	63,6	8,0	4,0	49.344,0	67,3
Cont. Proc.Ext.Liq. p/PIB	—	1,8	—	—	—	-2,0	—	—	—
PIB	64.217,0	3,5	4,0	69.112,0	100,0	4,0	2,0	73.317,0	100,0

Fonte: Banco de Cabo Verde

Esta evolução reflecte o contributo positivo da procura interna para o crescimento do produto, resultante da evolução favorável de todas as suas componentes. A procura externa líquida, por sua vez, teve um contributo negativo no crescimento do produto, reflectindo o comportamento em termos reais das exportações e importações de bens e serviços.



1.1.1. Consumo

Em 2002, o consumo das famílias cresceu 5,3% em termos reais face aos 3% registados em 2001, representando 74,7% do PIB. Esta evolução pode estar relacionada com o aumento do rendimento disponível real das famílias, em virtude da actualização salarial ocorrida no início do ano, aliada à evolução favorável dos preços. A atestar esse comportamento do consumo privado, alguns indicadores resultantes dos inquéritos de conjuntura ao comércio elaborados pelo INE apontam para o aumento das vendas no comércio, em geral, durante todo o ano, com impactos ao nível do consumo.

O consumo público, por sua vez, cresceu 4,9%, em termos reais, contra os 3,7% em 2001, reflectindo o aumento verificado ao nível das despesas do sector público com pessoal e com a aquisição de bens e serviços.

1.1.2. Investimento

Quadro 3
Formação Bruta de Capital Fixo

	milhões de escudos			
	2000	2001	2002	
	P. Correntes	P. Correntes	P. Correntes	Tx. C. Vol.
Construção	13.091,0	12.605,0	14.022,0	1,3
Bens de equipamento	4.261,0	3.866,0	4.522,0	18,2
Material de transporte	1.574,0	1.677,0	1.553,0	-6,9
Total	18.926,0	18.148,0	20.097,0	4,5

Fonte: Banco de Cabo Verde

O investimento em 2002 apresenta uma taxa de crescimento de 2,2%, em termos reais, após ter registado um decréscimo da ordem dos 2,6% em 2001, representando 34,5% do PIB. Esta evolução do investimento reflecte o retomar dos investimentos do sector público e privado, que crescem 3,5% e 4,5%, respectivamente.

O aumento da FBCF (4,5%), nomeadamente em construção e em bens de equipamentos, está na origem desta dinâmica dos investimentos em 2002.

O investimento em construção apresenta uma taxa de crescimento da ordem dos 1,3%, em termos reais, evolução essa que se pode atestar pelo aumento verificado ao nível das importações de materiais de construção (que de -5,2% passa para 30,1%) e das vendas de cimento (4,3% para 5,7%), ligadas a obras de infraestruturização realizadas durante o ano.

Quadro 4
Alguns Indicadores de Investimento

	taxas de variação		
	2000	2001	2002
Vendas de Cimento	6,8	4,3	5,7
Importações de Materiais de Construção	4,4	-5,2	30,1
Importações de Bens de Equipamento	0,9	4,2	37,0
Vendas de Automóveis	-----	65,7	29,3
Importações de Material de transporte	6,1	21,7	-17,3

Direcção Geral das Alfândegas; Ministério das Finanças; Banco de Cabo Verde

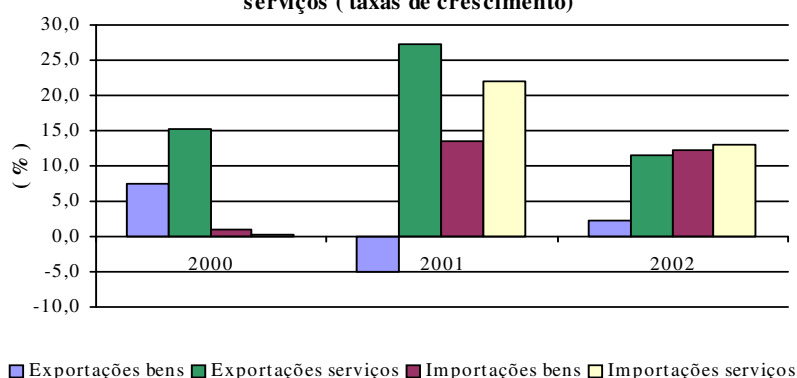
O investimento em bens de equipamentos regista um acréscimo de 18,2% em termos reais. O aumento nas importações de bens de equipamentos (que de 4,2% passa para 37%) constitui um indicador desta evolução.

O investimento em material de transporte apresenta, por sua vez, um decréscimo de cerca de 6,9% face ao ano transacto, a avaliar pela redução que se verifica ao nível das importações de material de transporte (-17,3%) e, em particular, pela desaceleração nas vendas de veículos automóveis (que passa de 65,7% para 29,3%).

1.1.3 - Exportações e Importações

Em 2002, as exportações e as importações de bens e serviços registam taxas de crescimento reais de 10,8% e 8% , respectivamente.

Gráfico 4: Evolução das exportações e importações de bens e serviços (taxas de crescimento)



As exportações de bens e serviços apresentam em 2002 uma desaceleração no seu ritmo de crescimento (19% para 10,8% em 2002), a qual se deve essencialmente à desaceleração que se regista ao nível das exportações de serviços, particularmente na sua componente viagens de turismo (que passa de 39,5% para 14,8%). As exportações de bens apresentam, por sua vez, um aumento da ordem dos 1,8%.

Relativamente aos mercados de colocação das exportações cabo-verdianas, quer dos produtos tradicionais quer dos produtos transformados, Portugal continua a ser o principal mercado de destino, representando cerca de 88,4% das exportações totais do país.

Quadro 5
Distribuição Geográfica das Exportações de Bens

	2000		2001		2002	
	milhões de CVE	Estrutura em %	milhões de CVE	Estrutura em %	milhões de CVE	Estrutura em %
Portugal	1.019,0	80,1	1.099,6	90,7	1.091,9	88,4
EUA	145,0	11,4	76,0	6,3	54,4	4,4
Espanha	44,0	3,5	2,9	0,2	10,2	0,8
Alemanha	29,1	2,3	8,0	0,7	19,3	1,6
Outros	34,9	2,7	26,0	2,1	58,8	4,8
Total	1.272,0	100,0	1.212,5	100,0	1.234,6	100,0

Fonte: Direcção Geral das Alfândegas; Banco de Cabo Verde

As importações de bens e serviços registam um acréscimo da ordem dos 8% em termos reais, devido sobretudo ao aumento das importações de bens (4,3% para 12,5% em 2002), já que as importações de serviços evidenciam uma desaceleração no seu ritmo de crescimento, particularmente ao nível das despesas de residentes no exterior em viagens de turismo (que passa de 26,9% para 7,7%).

No que diz respeito à origem das importações cabo-verdianas, Portugal continua a ser o principal país fornecedor das mesmas, representando 55,3% das importações totais do país, seguido dos Países Baixos com 13,7%.

Quadro 6
Distribuição Geográfica das Importações de Bens

	2000		2001		2002	
	milhões de CVE	Estrutura em %	milhões de CVE	Estrutura em %	milhões de CVE	Estrutura em %
Portugal	14.422,1	52,4	14.952,1	52,1	17.834,1	55,3
Países Baixos	3.581,0	13,0	4.279,8	14,9	4.411,7	13,7
Alemanha	400,4	1,5	162,6	0,6	1.261,9	3,9
Espanha	697,9	2,5	1.033,1	3,6	1.234,8	3,8
E.U.A	977,1	3,6	665,2	2,3	1.060,7	3,3
França	1.200,0	4,4	922,0	3,2	683,0	2,1
Reino Unido	503,6	1,8	460,5	1,6	118,8	0,4
Suécia	13,3	0,0	159,8	0,6	27,3	0,1
Outros	5.721,1	20,8	6.059,3	21,1	5.637,0	17,5
Total	27.516,5	100,0	28.694,4	100,0	32.269,3	100,0

Fonte: Direcção Geral das Alfândegas; Banco de Cabo Verde

1.2. Produção

Analisando a actividade económica, pela óptica da oferta, verifica-se que os sectores da indústria, construção e serviços são os que mais contribuem para o crescimento do produto. Em termos de estrutura, o sector dos serviços continua a deter um maior peso na formação do produto, representando cerca de 65,3% do PIB.

Quadro 7
Produto Interno Bruto - Óptica da Oferta

	2000	2001			2002		
	P. Correntes	P. Correntes	Estrutura em %	Tx. C. nom. (%)	P. Correntes	Estrutura em %	Tx. C. nom. (%)
Agricultura	6.265,6	6.140,3	8,9	-2,0	5.219,2	7,1	-15,0
Pesca	739,8	669,5	1,0	-9,5	585,8	0,8	-12,5
Indústria	5.667,6	6.121,0	8,9	8,0	6.549,5	8,9	7,0
Construção	6.627,2	7.091,1	10,3	7,0	7.729,3	10,5	9,0
Serviços ⁽¹⁾	40.046,7	44.091,4	63,8	10,1	47.883,3	65,3	8,6
PIB ⁽²⁾	64.217,0	69.112,0	100,0	7,6	73.317,0	100,0	6,0

Fonte: Banco de Cabo Verde, Ministério da Agricultura, INDP e Direcção geral da Indústria e Energia

⁽¹⁾ Serviços excluindo os serviços bancários intermediários

⁽²⁾ Produto interno bruto a preços de mercado. O valor nominal do PIB inclui além dos VAB sectoriais, as taxas e impostos sobre as importações(+) e os serviços bancários intermediários (-).

1.2.1. Agricultura e Pesca

A agricultura regista em 2002 uma redução na sua produção da ordem dos 15% em termos nominais face ao ano transacto.

Segundo informações disponíveis, a produção agrícola em 2002 deverá apresentar uma baixa significativa, uma vez que, o ano agrícola foi marcado por níveis deficitários ou quase nulos de precipitação, sendo que este deverá representar o pior resultado dos últimos 4 anos. Esta queda da produção deverá sentir-se sobretudo ao nível da produção de sequeiro, particularmente da produção de milho que, estima-se, venha a reduzir-se em 74% relativamente ao ano anterior.

A produção no sector da pesca regista, igualmente, uma redução em termos nominais de cerca de 12,5%. Segundo informações disponíveis, as capturas em 2002 deverão registar um decréscimo face ao ano anterior, em resultado sobretudo da redução das capturas ao nível da pesca industrial.

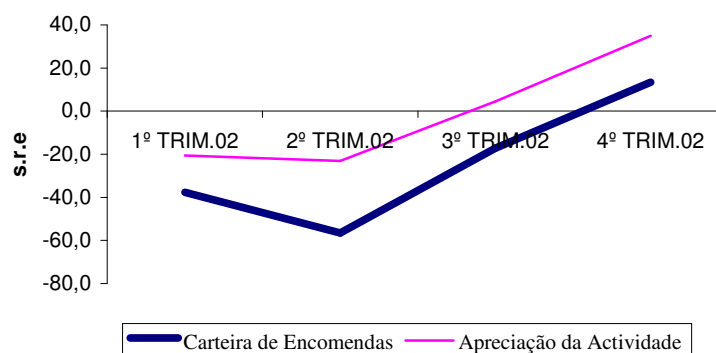
1.2.2. Indústria

A produção industrial apresenta em 2002 um crescimento, em termos nominais, de 7% relativamente ao ano anterior. Esta evolução poderá explicar-se pelo surgimento de vinte e uma (21) novas empresas a operar no mercado com investimentos de origem tanto nacional como externa, e sobretudo nos sectores de padaria e pastelaria, confeções e construção civil.

1.2.3. Construção

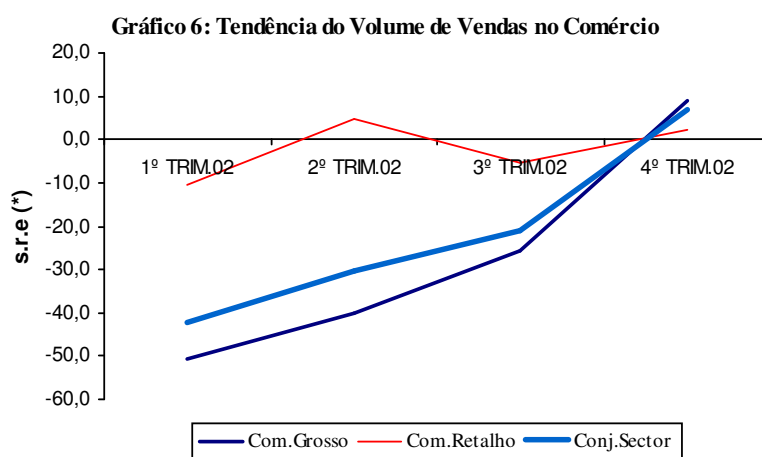
Por seu turno, a produção no sector da construção regista em 2002 um crescimento de cerca de 9% em termos nominais. A atestar este comportamento no sector da construção, alguns indicadores, resultantes dos inquéritos de conjuntura à construção elaborados pelo INE, apontam para o aumento da carteira de encomendas neste sector em geral, e sobretudo nos subsectores da “Habitação” e “Construção de Edifícios não Residenciais”, particularmente a partir do 2º semestre de 2002.

Gráfico 5: Construção e Obras Públicas



1.2.4. Serviços

O sector dos serviços evidencia no ano em análise um crescimento em termos nominais da ordem dos 8,6%, continuando a deter um grande peso na estrutura sectorial do PIB, cerca de 65,3%. Para esta evolução, foi fundamental o contributo do subsector do comércio. De acordo com os resultados dos inquéritos de conjuntura ao comércio elaborados pelo INE, as vendas neste subsector registam durante todo o ano uma tendência de crescimento, com impactos positivos ao nível da sua actividade em geral.



Salienta-se, por outro lado, o contributo dos subsectores dos transportes, em particular dos transportes aéreos e urbanos colectivos e das telecomunicações, subsectores estes que têm conhecido uma grande dinâmica no seu desenvolvimento.

Quadro 8
Alguns Indicadores de Actividade do Sector dos Serviços

	Taxas de Variação		
	2000	2001	2002
Transportes			
Vendas de Gasóleo	4,9	18,6	-5,4
Transporte aéreo - nº passag.transp.	5,0	7,9	17,9
Transporte urbano colectivo - nº passag.Transp.	----	157,6	181,0
Comunicações			
Tráfego Postal:			
Nacional e internacional expedidas	-2,4	3,3	-9,9
Internacional recebidas	-12,1	-9,6	-12,9
Tráfego internacional (serviço fixo e móvel):			
Entrada	19,0	48,7	23,7
Saída	3,5	12,4	5,6

Fonte: Inquéritos às empresas, Banco de Cabo Verde

(*) Os resultados apurados pelos inquéritos de conjuntura elaborados pelo INE assumem a forma de “percentagens de resposta”. A diferença entre as percentagens de respostas positivas e as percentagens de respostas negativas dá-nos o Saldo de Respostas Extremas (s.r.e.).

1.2.4.1. Turismo

Reflectindo, em grande medida, a conjuntura internacional, o sector do turismo em 2002 caracteriza-se por um abrandamento no ritmo de crescimento das suas receitas de 39,5% para 14,8%.

Quadro 9
Evolução dos Principais Indicadores de Turismo

	milhões de escudos		
	2000	2001	2002
Receitas de Turismo*	4.686,4	6.539,1	7.509,4
Contribuição p/ o PIB	7,3%	9,5%	10,2%
Participação nos Serviços**	37,3%	41,1%	42,2%

Fonte: Banco de Cabo Verde

* Crédito de viagens de turismo, Balança de Pagamentos

** Crédito viagens de turismo/crédito total dos serviços

A nível da oferta, regista-se um aumento da capacidade de alojamento, principalmente nas ilhas de maior procura turística, com a conclusão de mais duas unidades hoteleiras e com a reforma de alguns outros estabelecimentos.

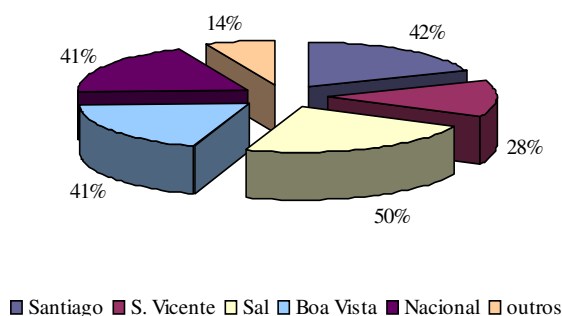
Quadro 10
Investimento Externo por Sectores de Actividade

	Estrutura em %		
	2000	2001	2002
Hotéis e Outros	41,7	86,8	63,3
Indústria Transformadora	12,3	9,9	17,5
Outros	45,9	3,3	19,2

Fonte: Inquéritos, cálculos do Banco de Cabo Verde; PROMEX

As ilhas do Sal e Boavista, cuja oferta turística é, essencialmente, a exploração da vertente balnear ou náutica, e a ilha de Santiago, cuja vertente balnear complementa-se com algum produto histórico e cultural, continuam a apresentar as mais elevadas taxas de ocupação do país, embora diminuindo relativamente a 2001 em 18 p.p., 8 p.p. e 17 p.p., respectivamente, reflectindo a diminuição da média nacional que passa de 52% para 41%.

Gráfico 7
Taxa de Ocupação-Cama por Ilhas em 2002



Não obstante, regista-se uma retracção a nível da procura por Cabo Verde como destino turístico, em 11%, certamente condicionada ainda pelos acontecimentos de 2001 e pela debilidade das economias de maiores fluxos turísticos para Cabo Verde. No entanto, continuam como visitantes mais frequentes os portugueses, os italianos, os alemães e os franceses.

Quadro 11
Procura Turística

	estrutura em percentagem		
	2000	2001	2002
Portugal	28,0	24,9	28,2
França	8,9	8,8	9,3
Alemanha	15,3	13,9	10,6
Holanda e Bélgica	2,5	1,7	2,2
Itália	24,8	35,9	27,8
Outros	20,6	14,8	21,9

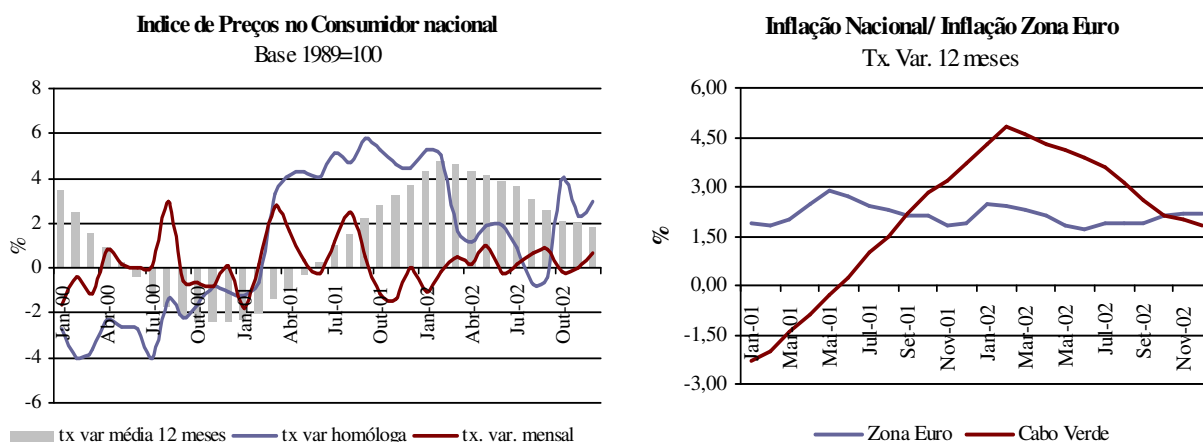
Fonte:INE, cálculos do Banco de Cabo Verde

1.3. Preços

De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatísticas, a taxa média de inflação fixa-se em 1,8% contra os 3,7% registados em 2001. Em termos homólogos, a taxa de inflação fixa-se em 3%.

Os preços em 2002 apresentam uma evolução favorável, reflectindo a moderação na actividade económica nacional, aliada à estabilidade dos preços nos principais parceiros comerciais, em particular na Zona Euro.

Gráfico 8



Por categorias, a evolução registada é explicada pelos progressivos decréscimos verificados ao longo de 2002 nas classes "Bens e Serviços Diversos" e "Habitação, Equipamentos e Materiais de Uso Doméstico", cujas taxas de variação média atingem os 4,4% e 2,8%, respectivamente. Este comportamento resulta das reduções registadas nas rubricas "Transportes e Telecomunicações" e "Energia e Água" em 13,7 e 12,7 p.p., respectivamente.

Quadro 12
Taxas de Variação Média do IPC por Classes

Bens e Serviços adquiridos	2000	2001	2002	Var. em p.p 02/01
Alimentares e Bebidas	-4,6	0,7	0,8	0,1
Tabaco e Cigarros	-4,8	-1,3	6,9	8,2
Vestuário e Calçado	3,7	5,4	4,3	-1,1
Hab., Equip. e mat. De uso Doméstico	1,2	10,6	2,8	-7,8
Bens e Serviços Diversos	0,0	11,1	4,4	-6,7
Total Geral	-2,4	3,7	1,8	-1,9

Fonte: INE, Cálculos do Banco de Cabo Verde

Por zonas geográficas, importa referir que a Ilha de São Vicente apresenta a taxa média de inflação mais elevada (2,7%), quando comparada às outras zonas geográficas, facto explicado essencialmente pela evolução da classe "Alimentares" (2,6%) em resultado do aumento verificado nas rubricas "Cereais e Derivados" (7,5 p.p.) e "Legumes Frescos" (0,6 p.p.). Estes acréscimos reflectem o ano agrícola pouco favorável, cuja repercussão se fez sentir sobretudo na ilha de S. Vicente, tendo em conta que esta ilha depende, em larga medida, dos bens provenientes de outras ilhas.

Quadro 13
Taxas de Variação Média do IPC por Zonas Geográficas

Zonas Geográficas	2000	2001	2002	Var. em p.p 02/01
Praia	-0,9	3,3	1,6	-1,7
São Vicente	-0,6	4,6	2,7	-1,9
Zonas Rurais	-3,3	3,6	1,8	-1,8
Nacional	-2,4	3,7	1,8	-1,9

Fonte: INE, Cálculos do Banco de Cabo Verde

A taxa de inflação subjacente em 2002 situa-se em 2,5%, em resultado do comportamento dos preços da classe "Componente não Contemplada", particularmente do decréscimo verificado na rubrica "Bens Industriais Energéticos" em 18,1 p.p.

Quadro 14
Inflação Subjacente (Taxas de Variação Média)

Bens e Serviços adquiridos	2000	2001	2002	Var. em p.p. 02/01
Inflação Subjacente	0,7	4,7	2,5	-2,2
Bens Alimentares Transformados	-0,8	2,5	1,1	-1,4
Bens Industriais não Energéticos	3,1	3,4	3,8	0,4
Serviços	0,4	10	3,6	-6,4
Componente não Contemplada	-6,4	2,2	0,9	-1,3
Bens Alimentares não Transformados	-7,3	-0,7	0,3	1,0
Bens Industriais Energéticos	0,0	23,5	5,4	-18,1
Total Geral	-2,4	3,7	1,8	-1,9

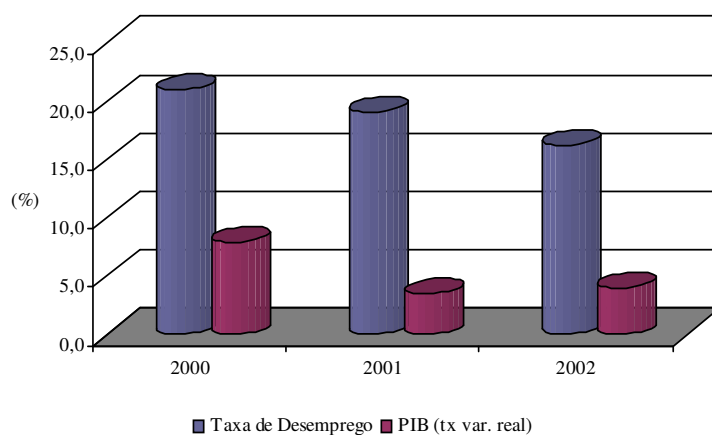
Fonte: INE, Cálculos do Banco de Cabo Verde

1.4. Mercado de Trabalho

Os indicadores do mercado de trabalho apresentam uma evolução favorável em 2002, segundo os resultados do inquérito “Observatório de Migrações e Emprego” realizado nos centros urbanos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP). Com efeito, a taxa de desemprego regista um decréscimo de 2,98 p.p. relativamente a 2001, fixando-se em 16,2%, enquanto que a taxa de actividade tende para 64% da população.

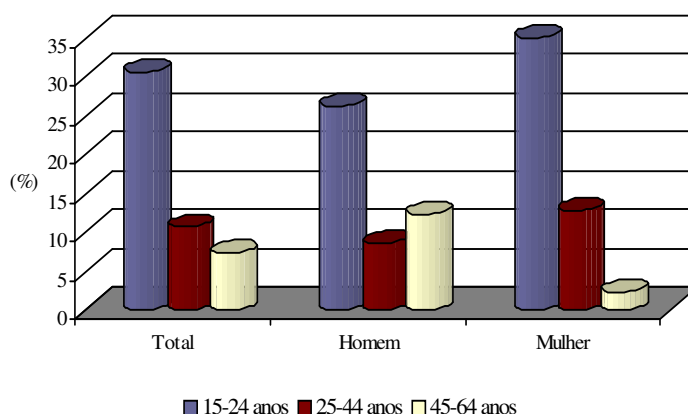
A diminuição da taxa de desemprego estrutural de 58,5%, em 2001, para 48,9% em 2002, constitui mais um indicador do desempenho positivo do mercado de trabalho em 2002.

Gráfico 9 - Taxa de Desemprego e Actividade Económica Nacional



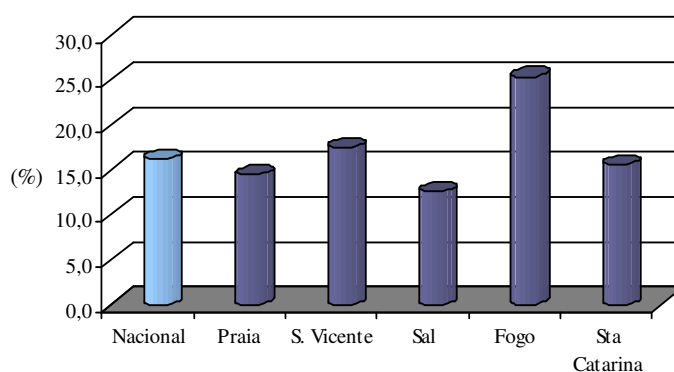
O desemprego diminuiu em todas as faixas etárias, no entanto, continua a afectar maioritariamente os jovens à procura do primeiro emprego e indivíduos em situação de trabalho instável, de idade compreendida entre os 15 e os 24 anos.

Gráfico 10 - Taxa de Desemprego por Grupos Etários



Numa análise por concelhos, é de notar que, Praia e São Vicente registam as maiores reduções de desemprego, 4,4 p.p. e 3,4 p.p. respectivamente, fixando-se em 14,4% e 17,5%. Condicionado pela evolução dos serviços ligados ao sector turístico e aos transportes aéreos, Sal conhece um acréscimo na sua taxa de desemprego em 3,1 p.p., persistindo contudo, com a mais baixa taxa de desemprego do país (12,5%).

Gráfico 11 - Taxa de Desemprego por Concelhos

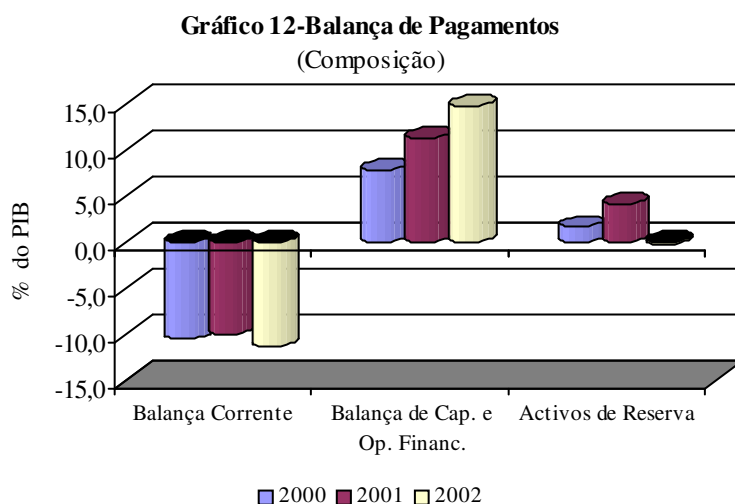


A dinâmica observada nos sectores da Indústria e Energia e do Comércio, em virtude da entrada em operação de novas empresas de investimento privado nacional e estrangeiro, bem como no sector da Construção e Obras Públicas, explicam, em grande medida, o comportamento do mercado de trabalho em 2002.

2. Sector Externo

2.1. Balança de Pagamentos

Em 2002, a balança de pagamentos cabo-verdiana regista um comportamento favorável, não obstante uma deterioração da balança corrente, que atinge 11,3% do PIB, de certo modo compensada por uma melhoria da balança de capitais e de operações financeiras, 14,7% do PIB.



A conjuntura internacional, nomeadamente a evolução pouco favorável do mercado de trabalho dos principais países de acolhimento da mão de obra cabo-verdiana emigrada e a depreciação cambial do dólar, aliada à conjuntura nacional, marcada pela expansão da procura interna, condicionaram a evolução da balança de pagamentos em 2002.

Efectivamente, o aumento das importações de bens e serviços, imposto pela dinâmica de crescimento económico do país, paralelamente ao abrandamento das exportações de bens e serviços tiveram efeitos pouco favoráveis na evolução da balança corrente, que se agrava em 14,6%. Este desempenho é, igualmente, condicionado pelo abrandamento do ritmo de crescimento das remessas de emigrantes, explicado, em grande medida, pela conjuntura económica mundial.

Quadro 15
Balança de Pagamentos
Principais Componentes

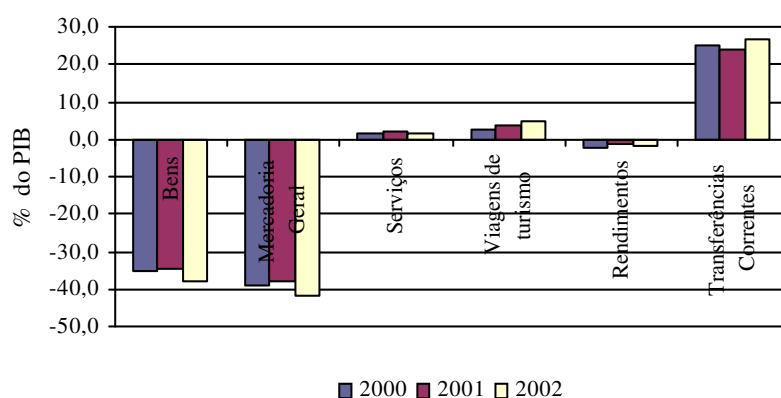
	2001		2002	
	milhões de CVE	milhões de USD	milhões de CVE	milhões de USD
Balança Corrente	-6.926,5	-56,2	-8.288,2	-70,7
Bens	-23.957,7	-194,4	-27.647,6	-235,8
Mercadoria Geral (Balança Comercial)	-26.332,5	-213,7	-30.551,8	-260,5
Bens para Transformação	354,5	2,9	350,9	3,0
Reparação de bens	-537,2	-4,4	-218,7	-1,9
Bens adquiridos em Portos p/transportadoras	2.557,4	20,8	2.772,0	23,6
Serviços	1.312,4	10,7	1.242,2	10,6
dos quais:				
Transporte marítimo	-2.691,7	-21,8	-3.011,2	-25,7
Transporte aéreo	2.751,8	22,3	2.756,7	23,5
Viagens de turismo	2.651,2	21,5	3.322,8	28,3
Rendimentos	-662,9	-5,4	-1.393,5	-11,9
Rendimentos de Trabalho	111,6	0,9	14,8	0,1
Rendimentos de Investimento	-774,6	-6,3	-1.408,3	-12,0
dos quais juros:				
Divida externa (Governo)	-478,1	-3,9	-719,3	-6,1
Trust Fund	402,5	3,3	503,4	4,3
Transferências correntes	16.381,7	133,0	19.481,6	166,1
dos quais:				
donativos ao governo (divisas)	1.947,1	15,8	2.138,6	18,2
remessas de emigrantes (divisas)	8.851,8	71,8	9.701,9	82,7
Balança de Capital e Operações Financeiras	9.846,3	79,9	10.392,4	88,6
Balança de capital	3.004,0	24,4	1.058,0	9,0
dos quais:				
Dívidas perdoadas	0,0	0,0	0,0	0,0
Trust Fund	0,0	0,0	0,0	0,0
Transferências capital (donativos)	0,0	0,0	244,2	2,1
Outras Transferências (privadas)	3.004,0	24,4	813,8	6,9
Balança Financeira	6.842,3	55,5	9.334,4	79,6
Investimento directo	1.112,8	9,0	1.718,3	14,7
Do exterior em Cabo Verde	1.112,8	9,0	1.718,3	14,7
dos quais Privatizações	0,0	0,0	0,0	0,0
Trust fund	0,0	0,0	0,0	0,0
Investimento de carteira	180,5	1,5	0,0	0,0
Outros investimentos	2.676,6	21,7	7.808,8	66,6
Activos	-408,0	-3,3	-248,3	-2,1
Outros activos	-221,3	-1,8	-236,6	-2,0
Trust fund	0,0	0,0	0,0	0,0
Passivos	3.084,6	25,0	8.057,1	68,7
Créditos comerciais	697,7	5,7	2.399,1	20,5
Empréstimos	227,1	1,8	1.689,2	14,4
Autoridades Monetárias	0,0	0,0	0,0	0,0
Governo Geral	1.205,3	9,8	1.197,4	10,2
Longo prazo	1.965,3	16,0	1.197,4	10,2
Desembolso	3.089,9	25,1	2.829,1	24,1
dos quais :Trust fund	0,0	0,0	0,0	0,0
Reembolso	-1.124,6	-9,1	-1.631,7	-13,9
Curto Prazo	-760,0	-6,2	0,0	0,0
dos quais :linha de Crédito	-760,0	-6,2	0,0	0,0
Bancos	-217,1	-1,8	630,2	5,4
Outros sectores	-761,2	-6,2	-138,4	-1,2
Dinheiro e Depósitos	3.240,2	26,3	3.413,9	29,1
Outros passivos	-1.080,5	-8,8	555,0	4,7
Activos de Reserva	2.872,5	23,3	-192,7	-1,6
Erros e omissões	-2.919,8	-23,7	322,8	2,8
Por Memória				
Bal. Corrente + Bal. de Capital e Op. Financeiras	2.919,8	23,7	2.104,2	17,9

Fonte: Banco de Cabo Verde

2.1.1 Balança Corrente

Em 2002, o défice da balança corrente ascende a 8.288,2 milhões de escudos (cerca de 11,3% do PIB), representando um agravamento da ordem dos 19,7%. Esse comportamento reflecte, essencialmente, a evolução das balanças de bens e rendimentos, que deterioraram em 3.689,9 e 701,6 milhões de escudos respectivamente, e a evolução da balança de serviços que conhece uma redução no seu ritmo de crescimento da ordem dos 5,3%. Por sua vez, a balança de transferências correntes regista um comportamento favorável, crescendo 20,8%, atingindo cerca de 27% do PIB.

Gráfico 13 - Balança Corrente
(Composição)



2.1.1.1. Balança de Bens

A dinâmica verificada na actividade económica do país em 2002 induziu ao aumento das importações de bens (14,6%), determinando o agravamento da balança de bens, cujo saldo atinge os 27.647,6 milhões de escudos, cerca de 38% do PIB, principalmente das importações de bens de capital (36,4%) e bens intermédios (25%), enquanto se verifica uma estabilização da importação de bens de consumo (1,3%).

O agravamento da balança de bens resulta sobretudo da deterioração da balança comercial, cujo défice atinge os 30.551,8 milhões de escudos, não obstante o comportamento positivo das exportações de bens que totalizam 4.550,5 milhões de escudos em 2002 (4.163,1 milhões de escudos em 2001).

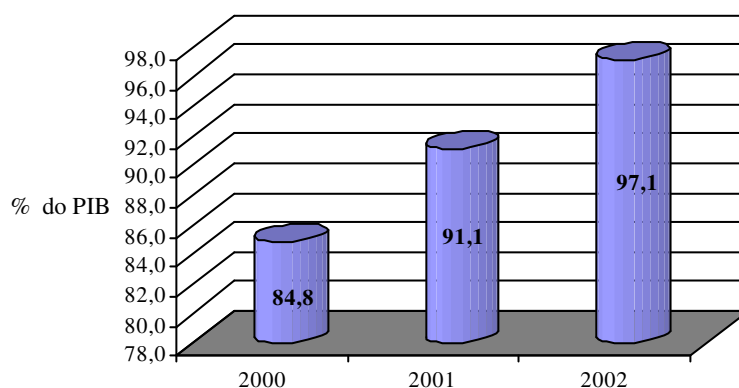
Quadro 16
Comércio Externo de Bens

	2001			2002		
	milhões CVE	estrutura em %	Tx. C. em %	milhões CVE	estrutura em %	Tx. C. em %
Exportações	4.163,1	100,0	-1,2	4.550,5	100,0	9,3
Produtos Tradicionais	48,7	1,2	-46,0	58,9	1,3	21,0
Produtos Agrícolas	10,9	0,3	100,0	0,0	0,0	-100,0
Produtos do Mar	37,8	0,9	-58,1	58,9	1,3	56,0
Produtos Transformados	1.147,1	27,6	0,9	1.116,0	24,5	-2,7
dos quais:						
Calçado e Partes de Calçado	511,2	12,3	-22,4	473,2	10,4	-7,4
Vestuário Interior e Exterior	606,5	14,6	35,7	574,5	12,6	-5,3
Outros	12,3	0,3	-73,0	60,1	1,3	388,9
Reexportação	2.955,1	71,0	0,5	3.315,4	72,9	12,2
Importações (CIF)	28.166,7	100,0	11,3	32.269,4	100,0	14,6
Bens de Consumo	12.570,7	44,6	19,2	12.732,2	39,5	1,3
Bens Intermédios	6.027,1	21,4	2,3	7.534,6	23,3	25,0
Bens de Capital	4.560,1	16,2	5,0	6.220,3	19,3	36,4
Combustíveis	1.570,5	5,6	5,9	1.635,4	5,1	4,1
Outros	3.438,4	12,2	12,7	4.147,0	12,9	20,6

Fonte: Direcção Geral das Alfândegas

A taxa de cobertura das importações pelas exportações, excluindo as reexportações, diminuiu de 4,3% para 3,8%, enquanto que o grau de abertura da economia ao exterior, medido pelo peso do comércio externo de bens e serviços no PIB, aumenta 6 p.p., fixando-se em 97,1% do PIB.

Gráfico 14 - Evolução do Comércio Externo



2.1.1.2. Balança de Serviços

A balança de serviços em 2002, conhece uma diminuição no seu ritmo de crescimento da ordem dos 5,4%, totalizando os 1.242,2 milhões de escudos. Este comportamento explica-se, em grande medida, pela diminuição das viagens internacionais resultante da crise política e económica global e da depreciação do dólar americano.

Quadro 17
Evolução da Balança de Serviços

	2000 milhões CVE	2001 milhões CVE	2002	
			milhões CVE	Tx. C. em %
Serviços	890,3	1.312,4	1.242,2	-5,4
Transportes	-17,7	60,2	-254,5	-523,0
Marítimos	-2.550,8	-2.691,7	-3.011,2	11,9
Aéreos	2.533,1	2.751,8	2.756,7	0,2
Viagens	523,5	802,8	1.080,0	34,5
p/ turismo	1.757,9	2.651,2	3.322,8	25,3
Serv. Comunicações	773,6	809,6	933,7	15,3
Serv. Construções	111,4	19,9	7,2	-64,0
Serv. Seguros	-246,0	-150,9	-487,0	222,7
Serv. Financeiros	-17,7	-338,0	-80,9	-76,1
Serv. Informática e Informação	-371,8	-228,6	-209,1	-8,5
Regalias e Direitos de Licença	0,3	-0,5	45,3	-9.756,7
Outros Serv. Empresariais	-275,3	-69,5	-184,1	164,7
Serv. Pessoais Cultur. Recreativos	-22,0	-52,3	-81,7	56,1
Serv. Governamentais	432,0	459,9	473,2	2,9

Fonte: Banco de Cabo Verde

Efectivamente, regista-se um abrandamento no ritmo de crescimento das viagens por motivos de turismo de 50,8% em 2001 para 25,3% em 2002 e uma estabilização do superávit dos transportes aéreos em torno dos 2.556,7 milhões de escudos. Por sua vez, acompanhando o aumento das importações, o défice dos transportes marítimos agrava-se em 11,9%, atingindo cerca de 4% do PIB.

2.1.1.3. Balança de Rendimentos

Reflectindo, principalmente, o aumento dos juros de investimento pagos ao exterior, o défice da balança de rendimentos agrava-se em 730,6 milhões de escudos, atingindo os 2% do PIB.

Quadro 18
Evolução da Balança de Rendimentos

	2000 milhões CVE	2001 milhões CVE	2002	
			milhões CVE	Tx. C. em %
Rendimentos	-1.365,8	-662,9	-1.393,5	110,2
Remuneração de Empregados	102,0	111,6	14,8	-86,8
Rendimentos de Investimentos	-1.467,9	-774,6	-1.408,3	81,8
Investimento Directo	-184,9	352,0	-30,6	-108,7
Investimento de Carteira	0,0	-2,2	0,0	-100,0
Outros Investimentos (Juros DE)	-1.283,0	-1.124,4	-1.377,6	22,5

Fonte: Banco de Cabo Verde

O desempenho da balança de rendimentos é explicado, em grande medida, pelo incremento dos lucros e dividendos distribuídos aos investidores externos, bem como pelo aumento do fluxo de capital para o pagamento dos juros da dívida externa, principalmente por parte do Governo Central. Igualmente, a situação do mercado de trabalho internacional influiu nas receitas por remuneração de empregados, que conheceram uma diminuição da ordem dos 86,8%.

2.1.1.4. Balança de Transferências Correntes

A balança de transferências correntes regista um comportamento favorável em 2002, situando-se em 19.481,6 milhões de escudos (16.381,7 milhões de escudos em 2001), reflectindo o aumento dos donativos ao Governo em 59,9% relativamente ao ano anterior.

Quadro 19
Evolução das Transferências Correntes

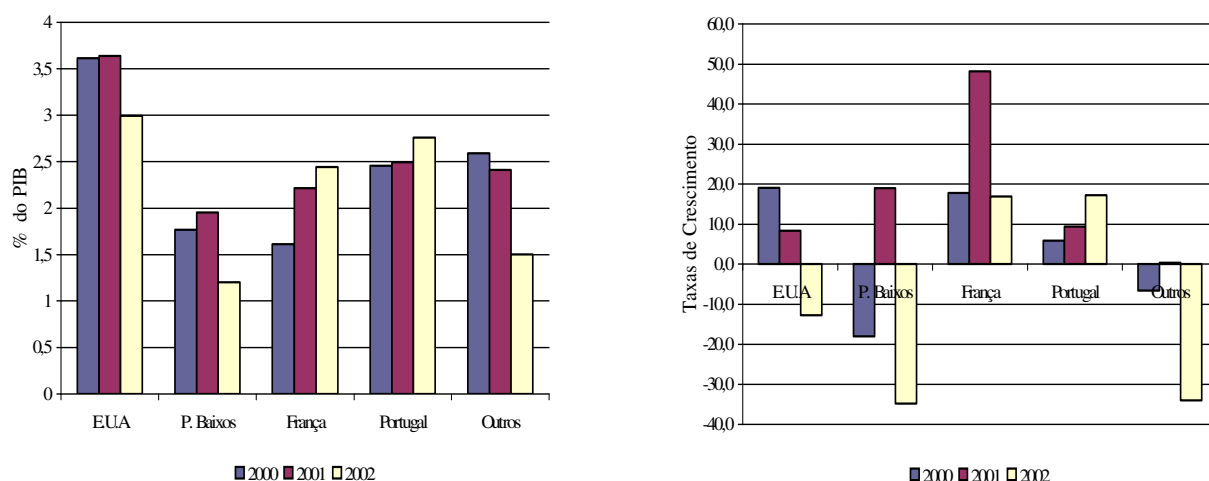
	2000 milhões CVE	2001 milhões CVE	2002	
			milhões CVE	Tx. C. em %
Transferências Correntes	16.167,5	16.381,7	19.481,6	18,9
Transferências Oficiais	2.613,6	2.600,7	4.158,9	59,9
dos quais:				
Divisas	1.830,1	1.947,1	2.138,6	9,8
Bens Alimentares	709,5	391,9	925,4	136,1
Transferências Privadas	13.553,9	13.781,0	15.322,8	11,2
dos quais:				
Remessas de Emigrantes	7.733,5	8.851,8	9.701,9	9,6

Fonte: Banco de Cabo Verde

De facto, denota-se um acréscimo das transferências unilaterais oficiais, canalizado sobretudo para projectos ligados à área da educação e saúde, à luta contra a pobreza, entre outros. A nível da assistência alimentar, verifica-se igualmente um aumento, para fazer face às necessidades do país decorrentes do mau ano agrícola registado.

No que concerne às transferências de emigrantes, denota-se um abrandamento no seu ritmo de crescimento, tanto em divisas como em bens, explicado em grande medida pela situação do mercado de trabalho dos países de acolhimento, entre os quais países da Zona Euro e os EUA e, pela depreciação do dólar americano (no caso das remessas em divisas).

Gráfico 15-Evolução das Remessas de Emigrantes

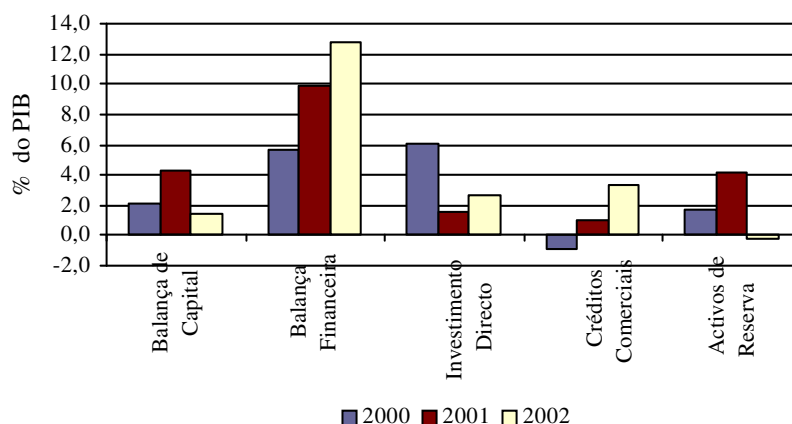


As remessas continuam a concorrer em grande medida para o financiamento das importações de mercadorias (cerca de 32%) e da balança corrente em geral.

2.1.2. Balança de Capital e de Operações Financeiras

A balança de capital e de operações financeiras regista um comportamento positivo em 2002 apresentando um saldo da ordem dos 10.392,4 milhões de escudos (14,18% do PIB), que compara com 9.846,3 milhões de escudos (14,25% do PIB) registados em 2001. Esta evolução reflecte, sobretudo, o desempenho positivo da balança de operações financeiras.

Gráfico 16 - Balança de Capital e de Operações Financeiras
(Composição)



A balança de capital regista um decréscimo de 1.946 milhões de escudos, reflectindo a evolução das transferências privadas de capital, que condicionadas pela conjuntura internacional, passaram de 3.004 para 813,8 milhões de escudos.

Por sua vez, a balança financeira regista um crescimento de 36,4%, fixando-se em 9.334,4 milhões de escudos, em resultado do comportamento dos investimentos directos e outros investimentos.

O fluxo de investimento directo, direccionado sobretudo para o sector do turismo, evidencia uma evolução positiva da ordem dos 605,5 milhões de escudos (54,4% relativamente ao ano anterior). A componente “outros investimentos” regista um acréscimo de 5.132,2 milhões de escudos, que se explica pelo aumento dos créditos comerciais para importação de equipamentos em 1.701,4 milhões de escudos, e pelo acréscimo dos empréstimos em 173,7 milhões de escudos junto do sector bancário.

O resultado da balança de pagamentos em 2002 reflecte-se na evolução das reservas externas do país, que representam 2,2 meses de importação, quando em 2001 garantiam 1,6 meses de importação.

2.1.2.1. Dívida Externa

No final de 2002, a dívida externa efectiva totalizou os 40.777,5 milhões de escudos, 55,6% do PIB, que compara aos 41.447,8 milhões de escudos, 60% do PIB, registados em 2001, representando uma diminuição de cerca de 670,3 milhões de escudos.

O comportamento favorável do stock da dívida externa reflecte o esforço de regularização dos atrasados e de amortização dos empréstimos.

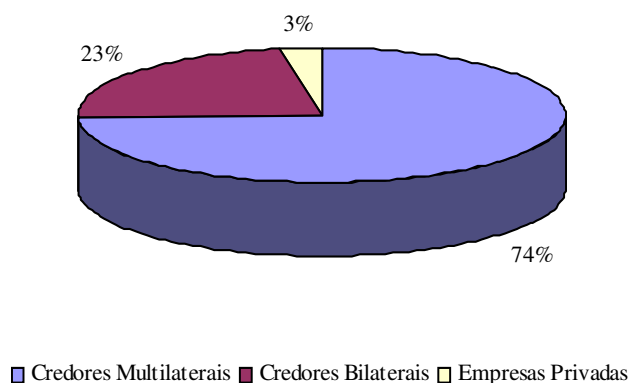
Quadro 20
Situação da Dívida Externa em 2002

milhões de escudos				
Financiadores	Montante Contratado	Montante Desembolsado	Montante Reembolsado	Dívida Efectiva
Credores Multilaterais	55.982,6	43.232,0	12.137,8	31.094,3
Credores Bilaterais	17.558,4	13.280,0	4.721,5	8.558,5
Governo	11.200,8	8.910,0	2.554,1	6.355,9
Instituições Financeiras	6.357,6	4.370,1	2.167,5	2.202,6
Empresas Privadas	2.069,9	1.265,3	140,6	1.124,7
TOTAL	75.610,9	57.777,4	16.999,9	40.777,5

Fonte: Banco de Cabo Verde

Relativamente ao ano anterior, verificou-se um acréscimo dos desembolsos (dívida de longo prazo) de cerca de 27,4%. Do total dos desembolsos, 57,3% foram efectuados pelo Banco Mundial, que continua a ser o principal credor multilateral, seguindo-se o FAD (15%) e o BADEA (10,3%).

Gráfico 17- Dívida Externa Efectiva, 2002



Em 2002, dois novos empréstimos aumentaram o montante global acumulado da dívida externa contratada, sendo 7.674,47 milhões de escudos (7,3 XDR) concedido pelo Banco Mundial (IDA) e 7,67 milhões de escudos (10 milhões de CNY) concedido pelo Governo Chinês.

Quadro 21
Serviço da Dívida Externa

milhões de escudos

Credores	2001			2002			
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total	Tx.C em %
Credores Multilaterais	531,2	262,2	793,4	916,1	414,4	1330,5	67,7
Credores Bilaterais	514,2	183,2	697,4	610,1	275,4	885,5	27,0
Empresas Privadas	79,2	28,6	107,8	105,5	28,1	133,6	23,9
TOTAL	1.124,6	474,0	1.598,6	1.631,7	717,9	2.349,6	47,0

Fonte: Banco de Cabo Verde

Registrou-se um aumento de cerca de 47% no serviço da dívida, explicado em parte pelas negociações efectuadas para a regularização dos atrasados, correspondendo 69,4% à amortização do capital e 30,5% ao pagamento de juros.

Quadro 22
Principais Indicadores da Dívida Externa

	Unidade	2000	2001	2002
Reservas / Dívida Efectiva	em %	11,2	15,4	20,6
Dívida Efectiva/ PIB preços Correntes	em %	56,2	60,0	55,6
Serviço da Dívida / Exportação de Bens e Serviços	em %	14,4	12,9	13,0
Dívida Efectiva / Exportação de Bens e Serviços	em %	280,4	334,8	231,6
Serviço da Dívida/ PIB preços Correntes	em %	2,9	2,3	3,2
Reservas/ Importação de Bens e Serviços	em meses	1,8	1,6	2,2

Fonte: Banco de Cabo Verde

A dívida efectiva em 2002 representa 55,6% do PIB, quando em 2001 representava 60%, reflectindo a redução do stock acumulado e alguma aceleração no ritmo de crescimento do produto em relação ao ano anterior.

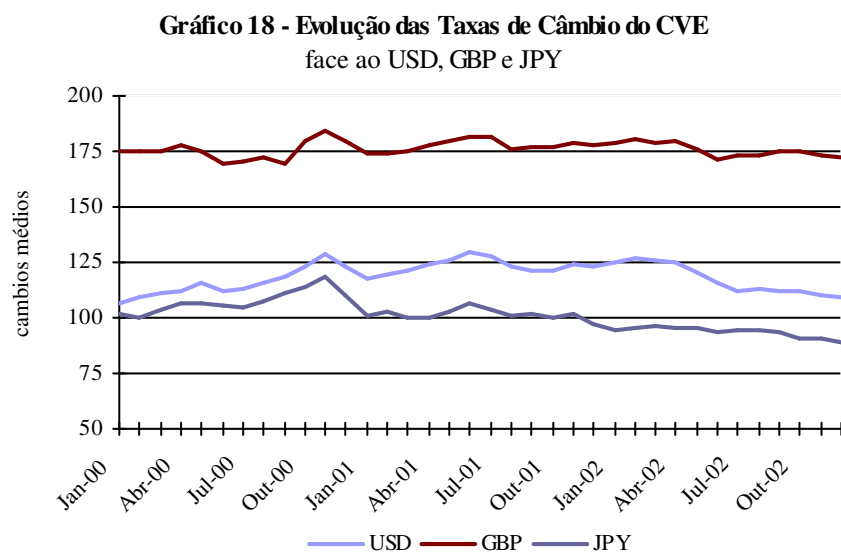
O aumento do rácio serviço da dívida/ PIB a preços correntes, espelha a evolução do serviço da dívida decorrente das negociações efectuadas no âmbito do esforço de regularização de atrasados, que superou o acréscimo registado ao nível do produto.

O peso do serviço da dívida na exportação de bens e serviços manteve-se praticamente inalterada passando de 12,9% em 2001 para 13% em 2002. O rácio dívida efectiva/ exportação de bens e serviços, diminuiu em relação ao ano anterior, em virtude da redução do stock da dívida externa efectiva.

2.2. Mercado Cambial

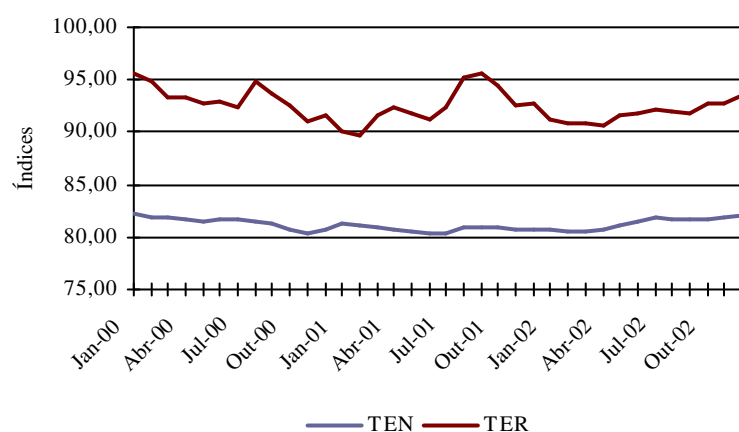
A política cambial defendida pelas autoridades cabo-verdianas continua a estar definida pelo *peg* do escudo cabo-verdiano ao Euro através do Acordo de Cooperação Cambial com Portugal. O regime cambial em vigor, aliado à uma política orçamental mais rigorosa, tem conferido maior estabilidade à moeda cabo-verdiana e, por conseguinte, maior estabilidade monetária no país.

O índice da Taxa de Câmbio Efectiva Nominal (TEN) em 2002 apresenta uma apreciação de 0,62% em relação ao ano de 2001, tendo passado de 80,8 para 81,3. Esta evolução é explicada, sobretudo, pela apreciação da moeda cabo-verdiana em relação ao dólar americano e à libra esterlina em 4,84% e 1%, respectivamente.



Por seu turno, o índice da Taxa de Câmbio Efectiva Real (TER) atinge os 91,8 em 2002 face aos 92,5 no ano transacto, traduzindo-se numa depreciação de 0,76%. Este comportamento reflecte a evolução dos preços internos tendencialmente inferiores a dos principais parceiros, traduzindo-se no ganho de competitividade da economia cabo-verdiana.

Gráfico 19 - Índices de Taxas de Câmbio Efectivas



Em termos de câmbios médios, em 2001, a moeda cabo-verdiana apresentou significativas depreciações nominais relativamente ao dólar americano e à libra esterlina (7,35 e 2,38, respectivamente) e uma notória apreciação em relação ao iene japonês (5,47).

3. Finanças Públicas

3.1. Introdução

A política orçamental em 2002 caracteriza-se por um certo rigor orçamental assente, essencialmente, no comportamento moderado das despesas e no reforço das receitas por forma a reduzir o défice global.

Quadro 23
Principais Indicadores Orçamentais

	em percentagem do PIB		
	2000	2001	2002
Saldo Total	-9,4	-4,7	-1,9
Saldo Primário	-13,5	-8,5	-7,8
Dívida Pública	97,4	100,0	101,4
da qual: TCMF's	16,7	15,6	14,7

Fonte: Ministério das Finanças; Banco de Cabo Verde

Assim, dados disponíveis para 2002 apontam para um défice público global (incluindo donativos) da ordem dos 1.357 milhões de escudos, representando cerca de 1,9% do PIB, contra os 3.258 milhões de escudos, 4,7% do PIB registados em 2001.

Esta evolução evidencia uma melhoria do défice, que resultou do aumento das receitas públicas (24,3%), em virtude do acréscimo das receitas fiscais e dos donativos, o qual foi acompanhado por um aumento menos proporcional das despesas públicas (12,1%).

Quadro 24
Saldo Orçamental Efectivo e Ajustado do Ciclo

	2000	2001	2002	
	em % do PIB	em % do PIB	em % do PIB	Variação (p.p.)
Saldo Orçamental	-9,4	-4,7	-1,9	2,8
Componente Cíclica	0,9	1,0	0,7	-0,3
Saldo Ajustado das Flutuações Cíclicas ⁽³⁾	-10,3	-5,7	-2,6	3,1

Fonte: Ministério das Finanças; Banco de Cabo Verde

Nota: a componente cíclica do saldo orçamental foi calculada com base nas estimativas do PIB elaboradas pelo Banco de Cabo Verde

O défice ajustado de efeitos cíclicos regista igualmente uma melhoria em 3,1 p.p., em resultado sobretudo das medidas de política adoptadas, tendo em conta que a componente cíclica teve um contributo pouco significativo na evolução do saldo orçamental efectivo.

O peso do SPA na economia, medido pelas receitas totais, aumenta em 2002, ao passar dos 27,4% do PIB em 2001 para 32,1% em 2002. Quando medido pelas despesas totais, também aumenta, passando de 32,1% do PIB em 2001 para 33,9% em 2002.

No que diz respeito ao rácio da dívida pública do SPA, este incluindo os Títulos de Consolidação e Mobilização Financeira (TCMF), regista um acréscimo, ao passar dos 100% para os 101,4% e, excluindo os TCMF, também aumenta dos 84,4% para 86,7% em 2002.

⁽³⁾ Muitas das componentes da despesa e receita orçamental têm uma componente que acompanha o ciclo económico. A medida do saldo orçamental convencional poderá, assim, não fornecer uma ideia correcta do sentido da política orçamental. O saldo orçamental corrigido ou ajustado de flutuações cíclicas ou saldo de pleno emprego pretende dar uma medida do saldo orçamental corrigida do efeito das variações cíclicas do pleno emprego.

3.1.1. Receitas Públicas

Em 2002, as receitas do SPA atingem os 23.523 milhões de escudos contra os 18.927 milhões de escudos em 2001, representando um crescimento da ordem dos 24,3%. Para esta evolução favorável, contribuiu o aumento das receitas correntes e dos donativos.

As receitas correntes aumentam em 2.166,6 milhões de escudos, situando-se nos 16.983,6 milhões de escudos, devido não só às receitas fiscais (16,5%), dada a boa cobrança dos impostos na sua generalidade, com destaque para os impostos sobre a despesa, mas também às receitas não fiscais (19,7%) que evidenciam também um aumento em todas as suas rubricas.

Os Donativos situam-se em 2002 nos 6.319 milhões de escudos, apresentando um crescimento de cerca de 53,7%. Para este comportamento dos donativos contribuiu, sobretudo, o aumento dos donativos directos e a ajuda orçamental concedida por parceiros bilaterais.

Quadro 25
Receitas da Administração Pública

	em milhões de escudos			Tx. C. em percentagem		
	2000	2001	2002	2000	2001	2002
Receitas Correntes	12.874,0	14.817,0	16.984,0	-2,6	15,1	14,6
Receitas Fiscais	11.189,0	12.988,0	15.137,0	8,4	16,1	16,5
Imposto s/ o rendimento	3.905,0	4.788,0	5.587,0	6,3	22,6	16,7
Imp. Único s/ rendimentos	3.905,0	4.788,0	5.587,0	6,3	22,6	16,7
Impostos sobre a Despesa	7.284,0	8.199,0	9.550,0	9,6	12,6	16,5
Imposto s/ Transacções internacionais	4.695,0	5.329,0	6.114,0	17,5	13,5	14,7
Direitos de importação	3.255,0	3.705,0	4.042,0	21,5	13,8	9,1
Emolumentos Gerais Aduaneiros	1.440,0	1.624,0	2.072,0	9,4	12,8	27,6
Imposto sobre Consumo	1.888,0	2.001,0	2.238,0	-2,2	6,0	11,8
Imposto de consumo	1.691,0	1.775,0	1.798,0	8,3	5,0	1,3
Imp. s/ produtos petrolíferos	87,0	122,0	315,0	-65,2	40,2	158,2
Imp. Consumo B.A.Tabaco	110,0	105,0	125,0	-7,6	-4,5	19,0
Outros impostos	701,0	869,0	1.198,0	-2,4	24,0	37,9
Receitas não Fiscais	1.685,0	1.543,0	1.847,0	-41,8	-8,4	19,7
Licenças e taxas diversas	356,0	339,0	378,0	-24,5	-4,8	11,5
Rendimentos de Prop.	199,0	645,0	832,0	-79,2	224,1	29,0
Outras receitas	1.130,0	559,0	637,0	72,5	-50,5	14,0
Donativos	3.632,0	4.110,0	6.319,0	-17,8	13,2	53,7
Receitas Totais	16.959,0	18.927,0	23.523,0	-6,6	11,6	24,3

Fonte: Ministério das Finanças; Banco de Cabo Verde

3.1.2. Despesas Públicas

Em 2002, as despesas do SPA atingem os 24.880 milhões de escudos contra os 22.185 milhões de escudos em 2001, o que representa um acréscimo de 12,1%. Esta evolução deveu-se, em grande parte, ao aumento das despesas de investimento.

As despesas correntes totalizam os 15.295 milhões de escudos, correspondendo a um acréscimo de 2,9% relativamente ao ano anterior. O aumento das despesas com o pagamento de juros da dívida (31,8%) e das despesas com pessoal (7,8%), nomeadamente com a actualização salarial ocorrida no início do ano, estão na origem desta evolução.

Por sua vez, as despesas de investimento atingem um montante de 9.360 milhões de escudos, representando um crescimento da ordem dos 27,8% face ao ano transacto. Estas despesas foram financiadas, na sua maior parte, por recursos externos e destinadas sobretudo às áreas da educação e infraestruturas

Quadro 26
Despesas da Administração Pública

	em milhões de escudos			Tx. C. em percentagem		
	2000	2001	2002	2000	2001	2002
Despesas correntes	15.869,0	14.863,0	15.295,0	25,7	-6,3	2,9
Salários e vencimentos	6.412,0	6.577,0	7.092,0	0,6	2,6	7,8
Bens e serviços	474,0	566,0	604,0	-19,7	19,4	6,7
Juros correntes	1.412,0	1.505,0	1.983,0	49,6	6,6	31,8
Domésticos	494,0	937,0	1.437,0	-22,7	89,7	53,4
Externos	918,0	568,0	546,0	201,0	-38,1	-3,9
Subsídios e Transferências	6.837,0	5.717,0	4.890,0	113,9	-16,4	-14,5
Sector Público	3.041,0	3.340,0	2.897,0	24,9	9,8	-13,3
Outras entidades	3.796,0	2.377,0	1.993,0	398,2	-37,4	-16,2
Outras despesas correntes	734,0	498,0	726,0	-51,6	-32,2	45,8
Despesas de Investimento	7.090,0	7.322,0	9.360,0	-17,2	3,3	27,8
Despesas Totais	22.986,0	22.185,0	24.880,0	1,3	-3,5	12,1

Fonte: Ministério das Finanças; Banco de Cabo Verde

3.1.3. Financiamento

Para fazer face às suas necessidades de financiamento, o Estado recorreu na sua maior parte a recursos externos, tendo beneficiado de alguns desembolsos de entre outros, do IDA/Banco Mundial e da União Europeia. O Estado beneficiou ainda da entrada de juros do Trust Fund e do apoio orçamental concedido por parceiros bilaterais.

Realça-se, por outro lado, um importante esforço por parte do Estado em regularizar os atrasados da dívida tanto interna como externa.

Em 2002, o total da dívida pública ascendia a 74.374,2 milhões de escudos, sendo a dívida interna (incluindo TCMF) de 33.596,7 milhões de escudos (45,8% do PIB) e a dívida externa efectiva de 40.777,5 milhões de escudos (55,6% do PIB).

Do total da dívida interna, 10.750,4 milhões de escudos estão convertidos em Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF).

Quadro 27
Evolução da Dívida Pública

	milhões de escudos		
	2000	2001	2002
Dívida Interna incl. TCMF's	26.764,1	27.684,8	33.596,7
Sistema Bancário	23.595,4	23.738,9	27.149,1
Outros	3.168,7	3.945,9	6.447,6
Dívida Interna excl. TCMF's	16.013,7	16.934,4	22.846,3
Dívida externa efectiva	35.786,0	41.447,8	40.777,5
Total da Dívida incl. TCMF's	62.550,1	69.132,6	74.374,2
Total da Dívida excl. TCMF's	51.799,7	58.382,2	63.623,8
Por memória:			
Depósitos do SPA	1.989,5	2.282,3	2.382,5
Estrutura da Dívida (em % do PIB)			
Dívida interna	41,7	40,1	45,8
da qual: TCMF's	16,7	15,6	14,7
Dívida externa efectiva	55,7	60,0	55,6
Total da Dívida	97,4	100,0	101,4
Taxas de crescimento			
Dívida Interna	48,5	3,4	21,4
Dívida externa efectiva	14,0	15,8	-1,6

Fonte: Ministério das Finanças; Banco de Cabo Verde

3.2. Mercado de Títulos

3.2.1. Mercado de Bilhetes do Tesouro

O mercado de Títulos da Dívida Pública continua dinâmico em 2002, tendo o montante total de Bilhetes do Tesouro emitidos sido de 14.426 milhões de escudos contra os 9.790 milhões de escudos emitidos no ano transacto.

Em termos líquidos, o montante em circulação de Bilhetes do Tesouro, reportado a 31 de Dezembro de 2002, é de 5.713 milhões de escudos, o que representa um aumento de cerca de 1.298 milhões de escudos face ao reportado no período homólogo.

Quadro 28
Bilhetes do Tesouro em Circulação
Saldos em final do período

Prazos	Montantes em circulação			Taxa de juro média		
	2000	2001	2002	2000	2001	2002
BT a 91 dias	800	1,825	3,078	8,09	9,69	7,83
BT a 182 dias	1,928	1,740	1,785	8,44	10,14	8,02
BT a 364 dias	900	850	850	9,09	10,54	6,99
Total	3,628	4,415	5,713			

Fonte: Banco de Cabo Verde

Relativamente às taxas de juro de colocação, estas, a partir de Abril de 2002, registam reduções significativas para todos os prazos.

Por sectores institucionais, verifica-se no final do período um aumento nos saldos das Instituições Financeiras Monetárias e não Monetárias face ao ano anterior da ordem dos 1.524,7 e 143,3 milhões de escudos, respectivamente. As Empresas Públicas e Privadas registam ao contrário uma redução no seu saldo da ordem dos 370 milhões de escudos.

Quadro 29
Bilhetes do Tesouro por Sectores Institucionais
Saldos em final do período

	milhões de escudos		
	2000	2001	2002
Instituições Financeiras Monetárias	2.983,0	3.015,0	4.539,7
Instituições Financeiras não Monetárias	455,0	1.020,0	1.163,3
Empresas Públicas e Privadas	190,0	380,0	10,0
Total	3.628,0	4.415,0	5.713,0

Fonte: Banco de Cabo Verde

3.2.2. Mercado de Obrigações do Tesouro

Durante o ano de 2002, foram emitidas Obrigações do Tesouro em Leilão no montante de 1,5 milhões de escudos e no quadro da regularização de responsabilidades passadas foram emitidas obrigações no valor de 3.123,5 milhões de escudos à taxa de juro de cedência de fundos do BCV acrescido de um *spread* de 0,5%.

Em 31 de Dezembro de 2002, o saldo das Obrigações do Tesouro situava-se nos 15.291,3 milhões de escudos quando em 2001 era de 10.334,1 milhões de escudos, tendo sido até ao momento convertidas em Títulos Consolidados de Mobilização Financeira obrigações no valor total de 10.750,4 milhões de escudos.

Por sectores institucionais, verifica-se no final do período um aumento dos saldos das Instituições financeiras monetárias e não monetárias em 1.728,8 e 3.338,4 milhões de escudos, respectivamente

Quadro 30
Obrigações do Tesouro por Sectores Institucionais
Saldos em final do período

	milhões de escudos		
	2000	2001	2002
Instituições Financeiras Monetárias	4.529,4	9.111,1	10.839,9
Instituições Financeiras não Monetárias	1.351,2	1.223,0	4.451,4
Empresas Públicas e Privadas	0,0	0,0	0,0
Total	5.880,6	10.334,1	15.291,3

Fonte: Banco de Cabo Verde

4. Situação Monetária

A política monetária em 2002 foi orientada para a estabilidade monetária, visando a defesa do regime cambial em vigor.

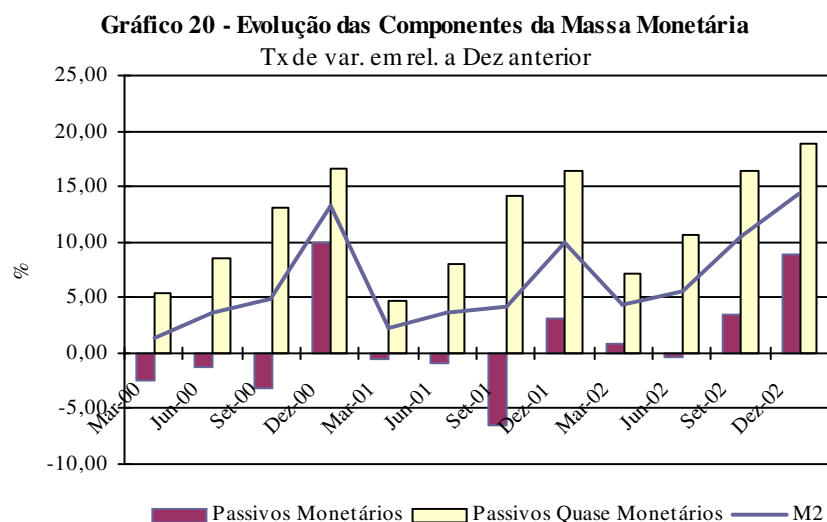
A consolidação das contas públicas, bem como a estabilidade verificada no país a nível das reservas externas, permitiram ao banco central uma maior flexibilidade na utilização de medidas de política monetária visando estimular a actividade económica. Neste sentido, em Maio, o banco central baixou as suas taxas directoras (cedência e absorção de liquidez do sistema), fixando-as em 10% e 4%, respectivamente.

Quadro 31
Evolução dos Principais Indicadores da Situação Monetária
Saldos em fim de período

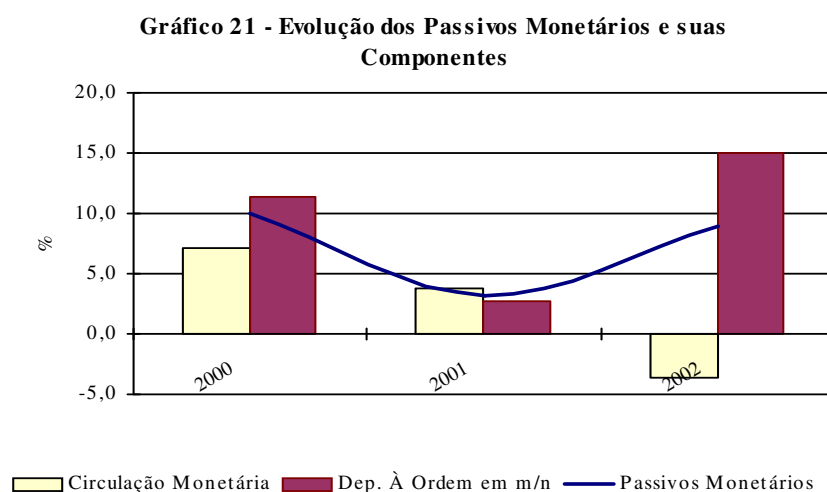
	2000	2001	2002	
	milhões de CVE	milhões de CVE	milhões de CVE	Tx.C.em %
Activo Externo Líquido do Sistema	7.139,4	10.002,4	11.330,8	13,3
Activo Externo Líq. do BCV	4.053,0	6.390,8	8.632,1	35,1
Reservas internacionais líquidas	3.220,9	5.545,5	8.337,6	50,3
Outros activos externos líq.	832,1	845,3	294,5	-65,2
Activo Externo Líq. dos Bancos Comerciais	3.086,4	3.611,6	2.698,7	-25,3
Crédito Interno Líquido	40.882,4	43.686,3	49.772,6	13,9
Crédito Líquido ao SPA	21.565,7	21.446,5	24.668,3	15,0
Crédito à Economia	19.316,7	22.239,8	25.098,8	12,9
M2	41.482,3	45.602,8	52.134,6	14,3
Passivos Monetários	20.130,6	20.758,5	22.619,8	9,0
Passivos Quase Monetários	21.351,7	24.844,3	29.514,8	18,8

Fonte: Banco de Cabo Verde

Em 2002, a massa monetária (M2) atinge os 52.134,6 milhões de escudos cabo-verdianos, representando um acréscimo de 14,3% face aos 9,86% atingidos em igual período de 2001. Esta evolução reflecte os acréscimos verificados ao nível dos passivos monetários (M1) e dos passivos quase monetários em 9% e 18,8%, respectivamente.



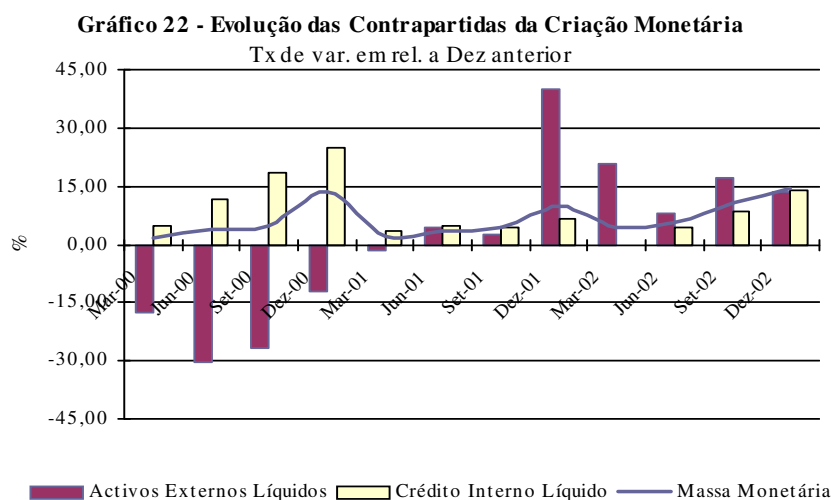
Os “passivos monetários” fixam-se nos 22.619,8 milhões de escudos face aos 20.758,5 milhões de escudos em 2001, traduzindo o aumento de 15% registado nos “depósitos à ordem em moeda nacional”, enquanto que a “circulação monetária” apresenta uma taxa de variação negativa da ordem de 3,6%.



Por seu turno, os “passivos quase monetários” situam-se em 2002 nos 29.514,8 milhões de escudos contra os 24.844,3 milhões de escudos alcançados em 2001, em virtude dos acréscimos verificados, sobretudo nos “acordos de recompra de Bilhetes de Tesouro” no mercado secundário (69,9%), nos “depósitos de emigrantes” (22,4%) e nos “depósitos a prazo em moeda nacional” (10,8%).

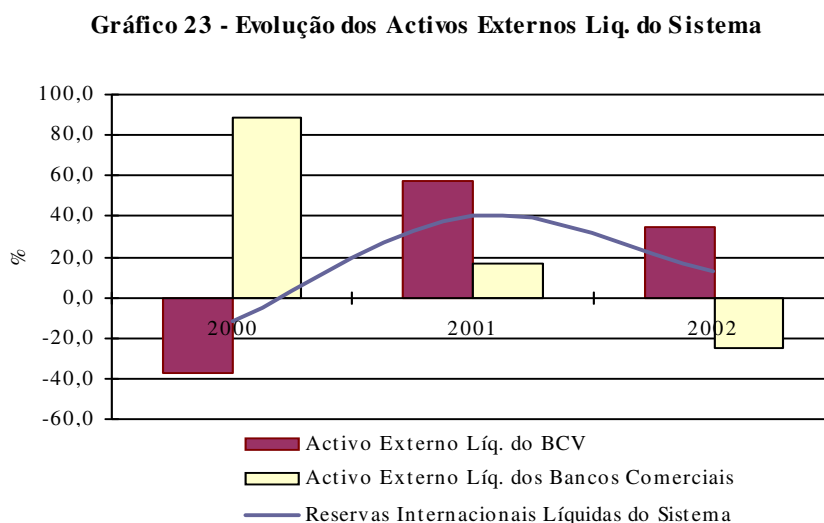
4.2. Contrapartidas da Criação Monetária

A criação monetária em 2002 foi determinada, essencialmente, pela evolução do “crédito interno líquido”, tendo apresentado uma taxa de contribuição da ordem dos 13,3%, enquanto que as “disponibilidades líquidas sobre o exterior” registam uma taxa de 2,9%.

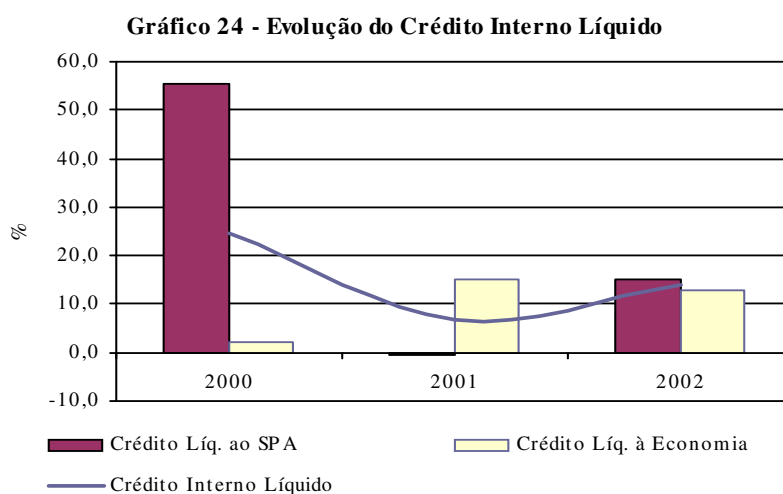


As “Disponibilidades Líquidas sobre o Exterior” (DLX) atingem os 11.330,8 milhões de escudos, o que representa um acréscimo de 13,3% em relação ao ano transacto, reflectindo fundamentalmente o aumento verificado nos “activos externos líquidos do Banco de Cabo Verde” (35,1%).

A evolução das DLX no Banco de Cabo Verde resulta dos desembolsos efectuados pela União Europeia, da entrada dos juros de *Trust Fund*, da ajuda orçamental, bem como do encaixe de divisas resultante da entrada em circulação do Euro.



O “crédito interno líquido” em 2002 apresenta uma taxa de crescimento de 13,9% face aos 6,8% registados em 2001, traduzindo os acréscimos no “crédito líquido ao Sector Público Administrativo” (SPA) em 15% e no “crédito à economia” em 12,9%.

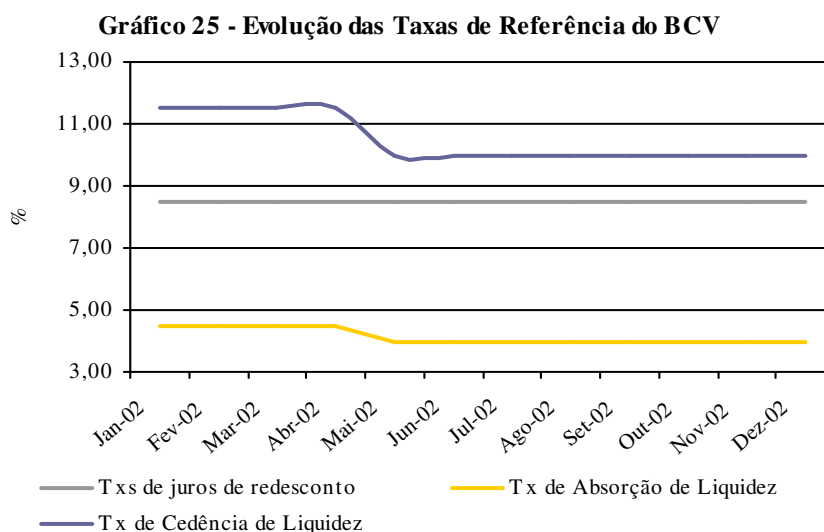


O crescimento do “crédito ao SPA” resultou da emissão de títulos da dívida pública e da reclassificação de algumas dívidas do Estado junto do sistema bancário.

Por sua vez, o acréscimo apresentado pelo “crédito à economia” reflecte a retoma da actividade económica.

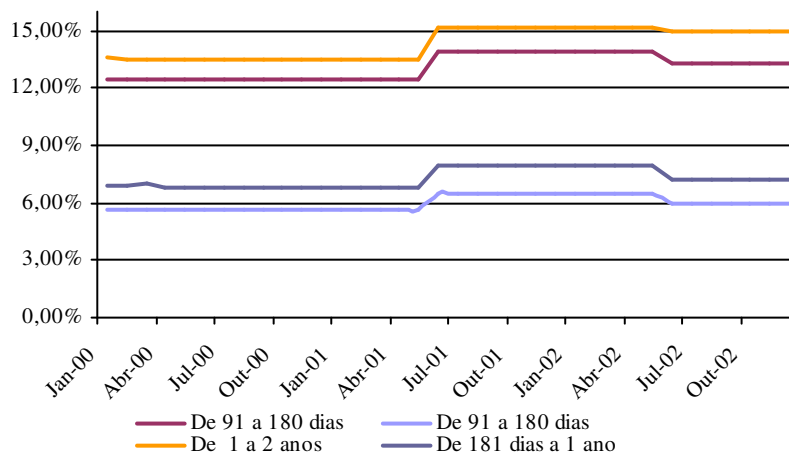
5. Taxas de Juros

Em Maio de 2002, o banco central fixou as taxas de cedência e de absorção de fundos em 10% e 4%, respectivamente, com o intuito de estimular a actividade económica do país.



Na decorrência desta medida, em Junho, os bancos comerciais baixam as suas taxas de operações activas e passivas, mantendo constante o *spread* bancário.

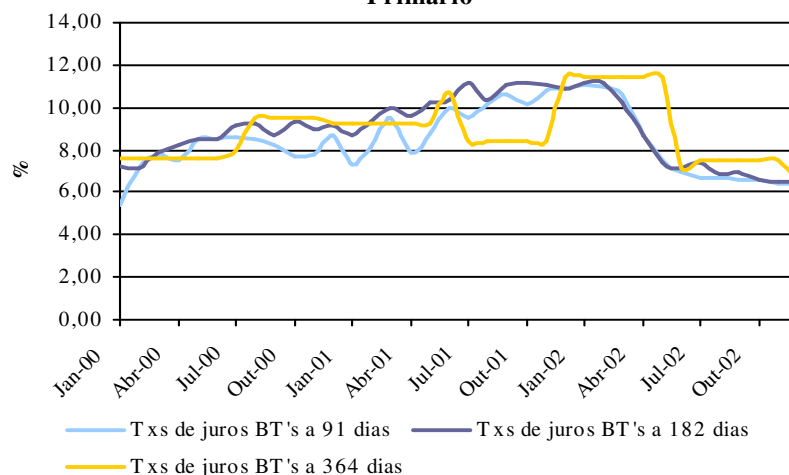
Gráfico 26 - Evolução da Taxas de Juros Activas e Passivas



No mercado da dívida pública registam-se significativas reduções nas taxas de colocação dos bilhetes e das obrigações do Tesouro. Esta evolução deve-se, por um lado, à melhoria na gestão da dívida pública interna e, por outro, ao aumento da liquidez no sistema.

A taxa de colocação a 3 meses, que rondava os 10% nos primeiros três meses do ano, atinge os 6,38% em Dezembro de 2002, enquanto que a taxa de colocação das obrigações atinge os 6,56% contra os 11,42% verificados em Dezembro de 2001.

Gráfico 27 - Evolução das Taxas de Juros no Mercado Primário



Capítulo III - Sistema Financeiro

1. Introdução

Com a finalidade de promover a sã concorrência, garantir a solidez e a eficiência do sistema financeiro, o Banco de Cabo Verde, enquanto autoridade supervisora dos sistemas bancário e segurador, acompanha e fiscaliza o funcionamento das instituições de crédito e instituições seguradoras no país.

2. Sistema Bancário

Em 2002, a actividade bancária regista uma melhoria significativa, sobretudo ao nível da captação de recursos, da concessão de crédito e da prestação de serviços em resultado dos acréscimos do número de agências abertas ao público e do volume e valor das transacções dos cartões e dos terminais de pagamentos.

Em Dezembro de 2002 operavam em Cabo Verde quatro bancos, com um total de trinta e oito agências; quatro instituições parabancárias (uma sociedade de capital de risco, duas agências de câmbios e uma sociedade gestora de meios de pagamentos); e dois bancos “Off Shore”.

2.1. Estrutura das Aplicações e dos Recursos do Sistema Bancário

A situação patrimonial do sistema reflecte o aumento dos activos líquidos do sector bancário, que regista um saldo consolidado de 56.756,4 milhões de escudos, representando um crescimento de 16,3% em 2002, contra os 8,2% em 2001.

Quadro 32
Balanço Agregado do Sistema *

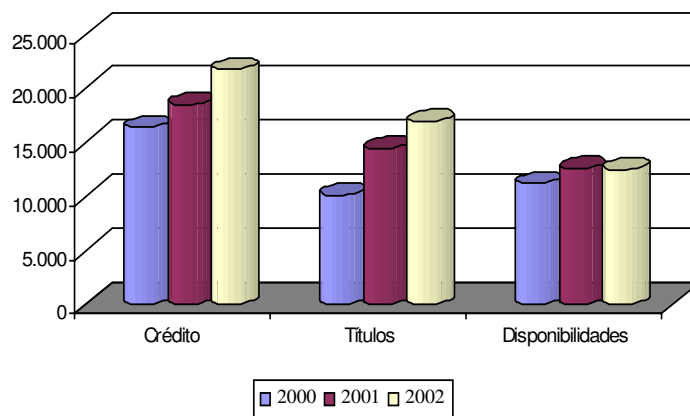
	2000		2001		2002	
	milhões de CVE	Tx. C. em %	milhões de CVE	Tx. C. em %	milhões de CVE	Tx. C. em %
Disponibilidades	11.167,2	41,9	12.579,8	12,8	12.434,6	-1,2
Crédito	16.340,2	14,6	18.485,0	13,1	21.662,1	17,2
Crédito Vencido	1.653,1	11,3	1.891,8	14,4	1.741,9	-7,9
Títulos:	10.101,2	2,7	14.401,0	42,6	16.871,5	17,2
(OT's & BT's)	3.668,0	20,8	7.967,8	117,2	6.032,5	-24,3
(TCMF's)	6.433,2	-5,4	6.433,2	-	6.433,2	0,0
Provisões Cred. Vencido	1.810,1	16,2	2.085,6	15,2	2.002,6	-4,0
Activos Líquidos	45.079,7	16,7	48.782,1	8,2	56.756,4	16,3
Depósitos	36.392,3	9,2	40.802,1	12,1	46.895,5	14,9
Recursos de Inst. Credito	1.393,6	35,4	1.221,7	-12,3	1.024,9	-16,1
Recursos próprios	3.067,2	4,9	3.118,4	1,7	3.283,6	5,3

Fonte: Banco de Cabo Verde

* A análise dos agregados bancários não inclui as Instituições Financeiras Internacionais.

A evolução do crédito total, cuja taxa de crescimento em 2002 foi de 17,2% (mais 4,1 p.p. do registado em 2001), explica em grande medida a evolução do activo.

Gráfico 28 - Evolução das Principais Rubricas do Activo
(em milhões de escudos)

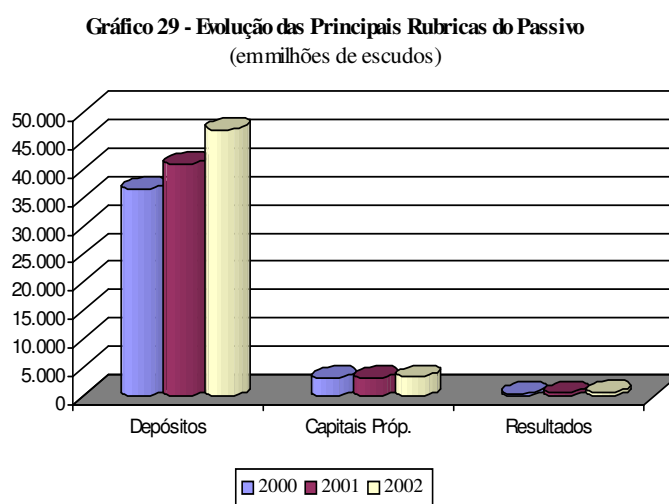


Em 2002, o rácio crédito vencido/crédito total diminuiu, passando de 10,2% para 8%, dado o decréscimo que se regista ao nível do crédito vencido. Consequentemente, as provisões para o crédito vencido evidenciam uma redução da ordem dos 4% face ao ano anterior, com reflexos ao nível dos resultados do exercício.

A taxa de cobertura dos créditos pelos depósitos no ano aumenta ligeiramente, passando dos 45,3%, verificados em 2001, para 46,2%.

Os títulos de dívida pública em carteira das instituições registam em 2002 um incremento de 17,2%, ascendendo a 16.871,5 milhões de escudos, dos quais 6.433,2 milhões de escudos correspondem a Títulos de Mobilização Financeira (TCMF's).

Relativamente à evolução do passivo, os depósitos de clientes registam um crescimento de 14,9% em 2002 (12,1% em 2001), enquanto que os recursos de instituições de crédito conhecem um decréscimo de 16,1% comparativamente ao ano anterior.



2.2. Análise dos Resultados

Reflectindo a evolução patrimonial das instituições de crédito, o resultado líquido do sistema bancário em 2002 situa-se nos 612,5 milhões de escudos (484,4 milhões de escudos em 2001), representando um crescimento de 26,4%. Esta evolução positiva deve-se à reformulação dos critérios de aprovisionamento do crédito vencido que permitiram a libertação de recursos provenientes de provisões económicas constituídas.

Quadro 33
Demonstração de Resultados

Demonstração de Resultados	2000		2001		2002	
	milhões CVE	Tx. C. em %	milhões CVE	Tx. C. em %	milhões CVE	Tx. C. em %
1.Juros e Proveitos Equiparados	2.487,6	0,7	3.006,2	20,8	3.432,1	14,2
2.Lucros de op. Financeiras	4.856,3	224,6	721,9	-85,1	410,5	-43,1
3.Rendimento de Títulos	267,1	165,1	275,7	3,2	278,1	0,9
4. Outros Proveitos Operacionais	1.229,3	-26,9	1.768,0	43,8	1.570,0	-11,2
5. Ganhos Extraordinários	164,4	8,4	202,9	23,4	337,8	66,5
Soma	9.004,7	52,6	5.974,7	-33,7	6.028,5	0,9
1.Juros e Custos Equiparados	1.426,1	19,3	1.652,9	15,9	1.991,7	20,5
2.Prejuízos de Op. Financeiras	4.543,2	230,1	668,7	-85,3	356,2	-46,7
3.Custos Fixos	1.222,6	18,4	1.315,7	7,6	1.505,7	14,4
4.Outros Custos Operacionais	38,0	4,8	47,5	25,0	64,0	34,7
5.Perdas Extraordinárias	32,7	-37,1	80,8	147,1	78,5	-2,8
Soma	7.262,6	96,7	3.765,6	-48,2	3.996,2	6,1
Cash Flow	1.742,2	-21,1	2.209,0	26,8	2.032,3	-8,0
Amortizações do Exercício	229,6	1,7	230,3	0,3	237,5	3,1
Provisões do exercício	1.082,2	-33,4	1.450,3	34,0	1.040,7	-28,2
Resultados antes de impostos	430,3	20,5	528,5	22,8	754,2	42,7
Impostos s/ Resultado Exercício	44,3	-53,9	44,1	-0,5	150,6	241,5
Resultado do Exercício	386,1	48,0	484,4	25,5	612,5	26,4

Fonte: Banco de Cabo Verde

Nota: outros Proveitos operacionais = comissões + reposição e anulação de previsões + outros proveitos

Realça-se contudo que, em 2002, os lucros do sector foram afectados pelo comportamento da margem financeira e do cash flow de exploração. A margem financeira, medida pela diferença entre juros e proveitos equiparados e juros e custos equiparados, regista uma redução no seu ritmo de crescimento apresentando uma taxa de crescimento de apenas 6,4% em 2002 (27,5% em 2001), enquanto que o cash flow de exploração evidencia uma variação negativa de 8% contra um crescimento de 26,8% no ano transacto.

2.3 Rentabilidade

A rentabilidade líquida do activo médio (ROA) e dos capitais próprios (ROE) aumentam em 2002. O primeiro apresenta um crescimento de 1,21% (contra 1,08% em 2001) enquanto que o segundo regista um acréscimo de 19,41% (contra 16,42% em 2001).

Quadro 34
Alguns Indicadores Bancários

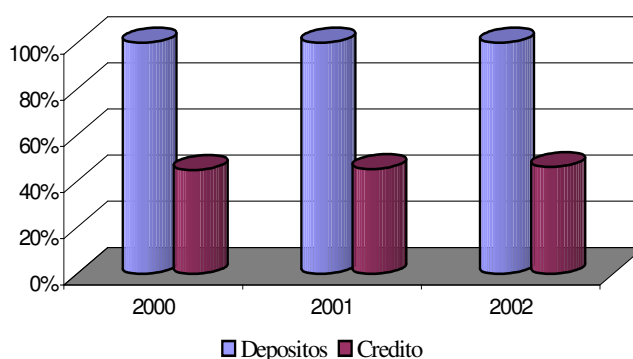
	Em percentagem		
	2000	2001	2002
Margem de Juros	-16,73	27,49	6,43
ROA = Resultados líquidos/activo médio	0,96	1,08	1,21
ROE = Resultados líquidos/capitais próprios médios	13,73	16,42	19,41

Fonte: Banco de Cabo Verde

2.4. Risco de Liquidez

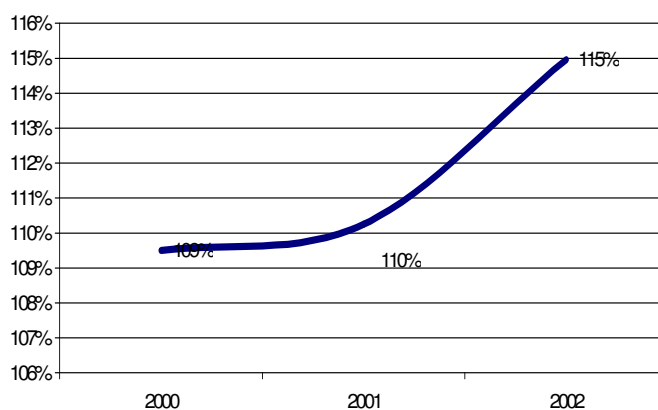
O indicador do grau de utilização dos recursos captados junto dos clientes em actividade creditícia, medido pelo rácio entre o crédito bancário e os depósitos, regista um ligeiro aumento ao passar de 45,3% em 2001 para 46,2% em 2002.

Gráfico 30-Evolução do Rácio Crédito/Depósitos



O rácio provisões específicas/ crédito vencido regista igualmente um incremento ao passar de 110% em 2001 para 115% em 2002, em resultado da redução do peso do crédito vencido no total do crédito.

Gráfico 31-Evolução do Rácio Provisões Espec/Créditos Vencidos



3. Sistema Segurador

Constituído por duas companhias seguradoras privadas, a estrutura do sector segurador fica completa com o quadro de mediadores de seguros certificados pelo Banco de Cabo Verde, que ascendem a 121, dos quais se destacam duas corretoras.

O mercado segurador em 2002 foi marcado por um aumento no volume de prémios, que entretanto não foi suficiente para alterar de forma significativa o grau de penetração dos seguros na economia que, medido pelo indicador prémios por PIB, cresceu apenas 0,2 p.p. relativamente ao ano 2001.

Quadro 35
Grau de Penetração e Densidade do Seguro

	2000	2001	2002
1. Taxa de Penetração do Seguro (%)/1	1,64	1,77	1,97
2. Prémios de Seguro Directo p/capita em escudos	2.461,00	2.758,00	3.191,00

Fonte. Banco de Cabo Verde

1/Cálculos feitos com base nas estimativas do PIB do BCV

A densidade dos seguros, medido pelo rácio prémios de seguro directo por número de habitantes residentes, atingiu os 3.191 escudos (27,2 USD) contra os 2.758 escudos (22,3 USD) em 2001.

Relativamente à evolução dos prémios, de registar um aumento no ritmo de crescimento dos prémios, aliado a um ligeiro aumento da taxa de sinistralidade global do sector.

3.1. Carteira de Prémios

O volume de prémios emitidos pelo sector segurador em 2002 cifraram-se em 1.398,6 milhões de escudos, o que representa um acréscimo, relativamente ao exercício anterior de 201,4 milhões de escudos.

O forte crescimento dos prémios processados no sector, em 2002, deve-se em grande parte aos prémios encaixados no ramo transportes. Consequentemente, registou-se também um aumento significativo dos encargos do resseguro cedido.

Em termos líquidos a carteira de prémios foi de 706 milhões de escudos, fixando-se a taxa de cédência (prémios de resseguro sobre prémios e seus adicionais) em 49% em 2002.

Na estrutura da carteira de prémios destacam-se, em termos de peso, os ramos transportes e automóvel com representatividades de 40,6% e 33,1%, respectivamente.

Quadro 36
Evolução e Estrutura da Carteira

Ramos	2000	2001		2002			
	milhões CVE	milhões CVE	Tx. C. em %	estrutura em %	milhões CVE	Tx. C. em %	estrutura em %
1. Vida	108,40	113,80	5,00	9,50	6,80	-94,01	0,50
2. Acidentes e Doença	107,60	117,00	8,70	9,80	111,80	-4,44	8,00
3. Incêndio e O.Danos	75,30	74,70	-0,80	6,20	127,10	70,07	9,10
4. Automóvel	448,70	484,70	8,00	40,50	462,70	-4,55	33,10
5. Transportes	271,30	345,90	27,50	28,90	567,60	64,07	40,60
6. Responsabili. Civil	32,00	36,90	15,30	3,10	94,30	155,59	6,70
7. Diversos	19,90	24,20	21,80	2,00	28,40	17,25	2,00
Total	1.063,20	1.197,20	12,60	100,00	1.398,60	16,82	100,00

Fonte: Banco de Cabo Verde

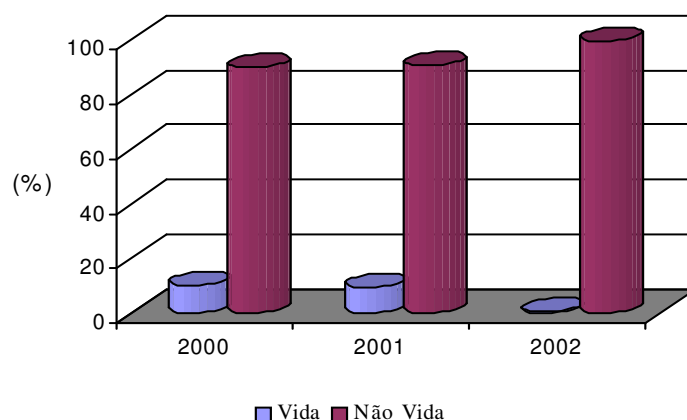
O ramo vida registou um volume de produção de 6,8 milhões de escudos em 2002, representando uma redução de 94% em relação ao ano anterior, em resultado do resgate de cerca de 100 milhões de escudos de seguros financeiros subscritos numa das seguradoras.

O ramo não vida registou um volume de produção de 1.391,8 milhões de escudos, tendo o ramo transportes contribuído em grande parte para este resultado. Contudo, foi nos ramos responsabilidade civil e incêndio e outros danos em coisas onde se verificaram os maiores incrementos (155,6% e 70,1%, respectivamente).

Por ramos de não vida, de salientar que a produção modalidade de “acidentes e doença”, que inclui o seguro obrigatório e facultativo de acidentes de trabalho, acusou uma redução de 4,4%, fixando-se em 111,8 milhões de escudos. Por seu turno, “incêndio e outros danos em coisas” conheceu um aumento de 70,1% com um nível de produção a rondar os 127,1 milhões de escudos.

O “seguro automóvel” apresentou uma ligeira queda do nível de prémios, com uma redução de 4,6%, explicado em parte pela reconfiguração das carteiras das seguradoras com a anulação de determinados contratos que se revelaram de difícil cobrança.

Gráfico 32 - Estrutura Vida - Não Vida



O ramo “transportes” apresentou um volume de produção de 567,6 milhões de escudos, representando um crescimento de 64,1 % face ao ano anterior, em resultado da subscrição de seguros de novos aparelhos da frota dos TACV.

A modalidade “responsabilidade civil geral” evidenciou um significativo aumento em 2002, apresentando um volume de prémios da ordem dos 94,3 milhões de escudos (36,9 milhões de escudos em 2001).

O ramo residual, “diversos”, em que a modalidade de seguro caução e crédito tem maior peso, acusou um acréscimo de 17,3%, situando-se no final de ano 2002 em 28,4 milhões de escudos.

3.2. Resultados Financeiros

O sector segurador apresenta resultados positivos em 2002 na ordem dos 9,6 milhões de escudos. Na base desses resultados, estiveram a redução do montante dos “outros custos técnicos e financeiros” e das “outras provisões técnicas líquidas de resseguro”, este último devido ao resgate de um seguro de vida financeiro.

Quadro 37

milhões de escudos

CONTA DE GANHOS E PERDAS	2000	2001	2002
1. Prémios processados liquidados de resseguro	716,4	797,4	706,6
2. Proveitos de investimentos	85,4	92,4	94,6
PROVEITOS TÉCNICOS	801,7	889,8	801,2
3. Custos com sinistros liquidados de resseguro	250,8	425,6	463,5
4. Outras prov. técnicas, liquidadas de resseguro (var)	162,2	42,3	-76,6
5. Participação nos resultados	0,7	0,6	0,3
6. Despesas Gerais	201,0	223,0	242,0
7. Outros custos técnico/financeiros	107,6	245,4	140,8
CUSTOS TÉCNICOS	721,6	936,3	770,0
Resultado da Conta Técnica	79.474,0	-47,1	31,2
Impostos sobre os Rendimentos	15.896,0	8,5	21,6
Resultado Líquido	63.577,0	-55,7	9,6

Fonte: Banco de Cabo Verde

3.3. Provisões Técnicas

As provisões técnicas constituídas em 2002 registaram um ligeiro aumento de cerca de 2,4%, ficando-se no final do exercício em 913,5 milhões de escudos.

Para esse resultado contribuiu, em grande medida, o aumento das provisões para risco em curso e das provisões técnicas para sinistros a pagar em 71% e 9,6% respectivamente.

Quadro 38

Evolução das Provisões Técnicas Brutas

	2000	2001			2002		
	milhões CVE	milhões CVE	estrutura em %	Tx. C. em %	milhões CVE	estrutura em %	Tx. C. em %
1. Provisões Matemáticas	101,60	116,20	13,00	14,37	14,00	1,53	-87,95
2. Provisões para Risco em Curso	62,60	80,30	9,00	28,10	137,30	15,03	70,98
3. Prov. para sinistros a pagar	848,90	695,40	78,00	-18,10	762,20	83,44	9,61
Total	1.013,20	891,90	100,00	-12,00	913,50	100,00	2,42

Fonte: Banco de Cabo Verde

Em termos de estrutura, as provisões para sinistros a pagar constituem em 2002 o grosso do provisionamento do sector segurador com cerca de 83,4% do total das provisões técnicas.

No que se refere aos rendimentos dos investimentos afectos às provisões, totalizaram os 38 milhões de escudos, crescendo cerca de 71% face ao ano anterior.

Em termos globais, os investimentos realizados no sector registaram um acréscimo da ordem dos 4,2%, tendo-se fixado no final do exercício em 1.034,7 milhões de escudos.

Quadro 39
Investimentos Totais

	2000	2001			2002		
	milhões CVE	milhões CVE	estrutura em %	Tx. C. em %	milhões CVE	estrutura em %	Tx. C. em %
1. Imóveis	219,60	234,70	23,63	6,90	308,30	29,80	31,36
2. Investimentos Financeiros	781,30	758,60	76,37	-2,90	726,40	70,20	-4,24
2.1. Títulos de rendimento variável	350,00	372,40		6,40	404,40		8,59
2.2. Títulos de rendimento fixo	226,10	174,70		-22,70	214,00		22,50
2.3. Depó. a prazo nas I. de crédito	205,20	211,50		3,10	108,00		-48,94
3. Depósitos junto de empresas cedentes	-	-		-	-		-
Total	1.000,90	993,30	100,00	-0,80	1.034,70	100,00	4,17

Fonte: Banco de Cabo Verde

Os investimentos financeiros, nos quais se destacam os Títulos do Tesouro e os depósitos a prazo nas instituições financeiras, representam as fatias mais significativas, com cerca de 70,2% em 2002, enquanto que os imóveis representam 29,8% do total dos investimentos realizados no sector segurador.

3.4. Margem de Solvência

O montante da margem de solvência a constituir em 2002 pelas seguradoras foi de 424,8 milhões de escudos. Reflectindo a aceleração da actividade do sector segurador no ano, registou um acréscimo de 61,9% relativamente a 2001.

Quadro 40
Grau de Cobertura da Margem de Solvência

	milhões de escudos		
	1999	2001	2002
1. Elementos constitutivos da margem	644,80	679,20	600,80
2. Montante da margem a constituir	198,50	262,40	424,80
1/2. Taxa de cobertura (%)	254,60	258,80	141,40

Fonte: Banco de Cabo Verde

A taxa de cobertura da margem de solvência caiu para 141,4%, o que constitui uma redução do nível de cobertura da ordem dos 117,4 p.p. relativamente a 2001.

IIª Parte

Relatório e Contas

Capítulo I - Actividades do Banco de Cabo Verde em 2002

As competências do Banco de Cabo Verde, enquanto autoridade monetária, estão definidas na sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto - Lei n.º 10/V/2000. Este decreto estipula que a actuação do banco deverá nortear-se pela prossecução do objectivo de manutenção da estabilidade dos preços, em consonância com a política económica definida pelo Governo. Neste âmbito, colabora na definição e execução da política monetária e na execução da política cambial.

Do ponto de vista da política cambial, continua em vigor o acordo de cooperação cambial assinado entre Cabo Verde e Portugal, assente na criação das condições de suporte para a convertibilidade do escudo cabo-verdiano.

Tendo em conta os objectivos de política monetária e cambial definidos para o ano de 2002, o Banco de Cabo Verde desenvolveu as seguintes actividades:

Na Área da Política Monetária e Cambial:

- elaborou o programa monetário para 2002, procedendo à projecção dos principais agregados monetários em função das metas fixadas para as variáveis reais;
- estruturou o processo de decisão da política monetária e elaborou um quadro teórico e operacional de execução, com vista a melhorar o seu acompanhamento;
- incentivou a realização de várias operações de absorção e de cedência de liquidez entre as instituições de crédito;
- elaborou um calendário indicativo (mensal) de emissão de Bilhetes do Tesouro - renovações e novas emissões;
- iniciou, em 2002, o processo de implementação das normas orientadoras da sua gestão, com o intuito de maximizar a rendibilidade das reservas.

Na Área da Supervisão:

- deu continuidade ao processo de acompanhamento da actividade das instituições bancárias e parabancárias, com vista a avaliar o grau de cumprimento dos elementos das informações por elas reportadas;
- ainda ao nível da supervisão das instituições bancárias e parabancárias, desenvolveu, imple-

mentou e ajustou novas instruções técnicas;

- procedeu ao tratamento automático do registo especial das instituições e órgãos de gestão, previamente actualizado;
- deu continuidade aos exames de certificação de mediadores de seguro, no âmbito da dinamização da actividade no sector segurador;
- intensificou as acções tendentes a controlar, de forma contínua e sistemática as actividades, a situação financeira, os riscos e a adequação dos fundos próprios das instituições de crédito e das empresas seguradoras recorrendo, para o efeito, à maximização do uso da central de risco enquanto instrumento de avaliação do risco na actividade das instituições.

Na Área de Estatísticas e Estudos:

- deu continuidade à produção de estatísticas monetárias, financeiras, cambiais e da balança de pagamentos, no âmbito da sua atribuição de assegurar a centralização e elaboração de estatísticas de suporte à formulação da política monetária e da política económica, bem como à actividade dos principais operadores económicos;
- com vista à introdução de melhorias ao nível do processo de recolha e processamento da informação, concluiu, com o apoio da empresa consultora, a CESO, a primeira fase do Projecto “Racionalização e Modernização do Sistema de Informação do Departamento de Estatísticas e Estudos Económicos do Banco de Cabo Verde”;
- deu particular atenção às análises da economia cabo-verdiana, que incidiram nos domínios da situação económica e da política monetária.

Nas Áreas de Sistemas de Pagamentos e Regulamentação Jurídica

- introduziu procedimentos vários, visando a diversificação e modernização dos meios de pagamentos, nomeadamente meios electrónicos, e desenvolveu acções tendentes à implementação de uma praça única de Telecompensação;
- os serviços jurídicos elaboraram textos legislativos vários, com o intuito de regulamentar a actividade na área financeira.

Nas Áreas de Organização, Recursos Humanos e Auditoria Interna

- no âmbito do aperfeiçoamento dos principais instrumentos de gestão dos recursos humanos, procedeu à actualização da função dos recursos humanos no banco, para efeitos de elaboração de

propostas relativas ao novo regulamento de avaliação de desempenho;

- produziu um novo regulamento de acções de formação (NAP 04/02 de 25 de Fevereiro);
- deu continuidade às acções de formação no país e no exterior;
- reviu e sistematizou a regulamentação relacionada com a saúde;
- criou uma comissão de acompanhamento do sistema de informação, tendo em vista uma nova abordagem da problemática do desenvolvimento do sistema de informação;
- criou o regulamento “Regras de Funcionamento da Página da Internet do Banco de Cabo Verde”, visando a melhoria da gestão da página de informação do BCV;
- concluiu o relatório da missão de auditoria interna iniciado em 2001.

Cooperação Internacional

No âmbito das relações com Organismos Internacionais e outros Bancos Centrais, no decurso do ano 2002, o Banco de Cabo Verde fez-se representar nos seguintes eventos:

- Seminário organizado pela Associação de Bancos da África Ocidental, em Abidjam - Costa do Marfim, de 21 a 22 de Fevereiro;
- Simpósio Internacional organizado pelo BCEAO por ocasião do 40º aniversário da União Monetária da África Ocidental em Dakar - Senegal, de 12 a 13 de Maio;
- Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO, sobre a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD) em Yamossouko, de 13 a 17 de Maio;
- Assembleia Anual do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Etiópia, 28 a 30 de Maio;
- Reunião Anual da Associação dos Supervisores de Seguros Lusófonos (ASSEL) em Macau, de 10 a 13 de Junho;
- 11ª reunião técnica da Zona Monetária da África Ocidental em Ghana, de 17 a 18 de Junho;
- Conferência sobre as “ Directivas Estratégicas sobre Gestão de Reservas para as Regiões da África do Norte e Sub-Sahariana “, organizada pelo Banco Mundial em Paris, 17 a 18 de Junho;
- Comemorações do 10º aniversário do Banco Central de São Tomé e Príncipe, de 24 de Agosto a 2 de Setembro;

- 9º Encontro de Governadores dos Bancos Centrais dos países Francófonos, Bruxelas, de 3 a 5 de Outubro;
- Seminário sobre “ Gestão da Dívida Pública “, Paris, de 4 a 6 de Novembro;
- Reuniões do Comité de Governadores dos Bancos Centrais dos Estados Membros da CEDEAO e Encontros da Zona Monetária da África Ocidental (ZMAO), de 8 a 10 de Dezembro;
- Encontro das delegações do Banco de Portugal e dos Bancos Centrais dos PALOP à Reunião Anual do FMI/Banco Mundial, Lisboa, de 24 a 25 de Setembro;
- Assembleia Anual conjunta do FMI/ Banco mundial , Washington, de 29 a 30 de Setembro;
- Reuniões no quadro da COMACC (Comissão de Acompanhamento do Acordo Cambial), Lisboa.

Capítulo II - Balanço e Contas

A situação patrimonial do Banco de Cabo Verde, referente a 31 de Dezembro de 2002, encontra-se reflectida nos quadros “Balanço” e “Demonstração de Resultados”, preparados de acordo com o plano de contas em vigor na instituição e os critérios definidos na sua Lei Orgânica.

O período em análise reporta-se ao exercício de 2002 e os valores dos agregados patrimoniais encontram-se expressos em escudos cabo-verdianos.

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos, utilizados na preparação das demonstrações financeiras relativas ao exercício em análise, são as seguintes:

a) Especialização do Exercício

Princípio contabilístico da especialização dos exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, nomeadamente no que se refere aos juros de operações activas e passivas, aos gastos gerais administrativos, que são registados à medida que são incorridos, independentemente do seu recebimento ou do seu pagamento;

b) Operações em Moeda Estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram valorizados ao câmbio médio do último dia do mês. Até Julho de 2002, as mais ou menos valias cambiais, não realizadas, eram reconhecidas como resultados do exercício, sendo constituídas ou utilizadas provisões, as quais visavam anular o seu efeito nos resultados do Banco. A partir daquela data, e em conformidade com a nova Lei Orgânica do Banco - Lei n.º 10/VI/2002 de 15 de Julho, verificou-se uma alteração neste princípio contabilístico, passando as mais ou menos valias cambiais a serem relevadas numa conta interna de reavaliação de reservas e reconhecidas como resultado, no caso do saldo líquido no fim do exercício resultar numa perda cambial ou permanecer na referida conta, caso se verificar um ganho cambial. Em 31 de Dezembro de 2002, utilizaram-se as provisões constituídas no montante de 285 milhões de escudos, para cobertura de menos valias cambiais não realizadas até ao mês de Julho.

Os ganhos e perdas na efectivação das operações cambiais são levados à conta de resultados no fim do mês a que as operações se referem;

c) Títulos e Participações Financeiras

Os títulos de investimentos, emitidos com base no valor nominal, encontram-se registados pelo valor de aquisição, enquanto que os emitidos a valor descontado, são registados pelo valor do reembolso. Caso se verificar um prémio ou um desconto por ocasião da compra de um título, é reconhecido um prejuízo ou um lucro, diferido até à sua maturidade. As participações financeiras encontram-se registadas pelo critério de custo de aquisição;

d) Imobilizações Corpóreas, Incorpóreas e em Curso

O imobilizado corpóreo e incorpóreo encontra-se contabilizado ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas, as quais são calculadas pelo método das quotas constantes. O imobilizado em curso encontra-se registado pelo valor dos custos facturados ao Banco e transferido para o imobilizado firme aquando da sua efectiva utilização, iniciando-se, então, a sua amortização;

e) Provisões

De acordo com a Lei Orgânica, o Banco pode constituir provisões destinadas à cobertura de riscos de depreciação de valores activos, para a reforma e fundo de pensões e quaisquer ocorrências de outras eventualidades. As provisões destinadas a cobrir desvalorizações de activos identificados são apresentados no balanço a deduzir ao valor contabilístico desses activos. As restantes provisões, definidas em função dos critérios de prudência de gestão e do grau de volatilidade dos principais activos do banco, destinam-se a cobrir riscos contingentes futuros e são apresentadas na situação líquida.

f) Instrumentos Financeiros da Política Monetária e Instrumentos Derivados

Neste exercício, verificaram-se algumas alterações relativas aos instrumentos de gestão da política monetária que afectaram directamente as demonstrações financeiras, nomeadamente a diminuição das taxas de operações de facilidades permanentes de cedência e de absorção de liquidez bem como a decisão de remunerar as disponibilidades mínimas de caixa.

A nível da gestão das reservas cambiais, o Banco diversificou a sua carteira de aplicações introduzindo outros produtos, designadamente os títulos (obrigações) emitidos por entidades estrangeiras. Tendo em conta que a maioria das transacções do banco são expressas em dólares americanos, é de referir que, a desvalorização do dólar americano face ao ano anterior foi de 15%.

Quadro 41 - Situação Patrimonial do Banco de Cabo Verde

em escudos

Activo	2002	Passivo + Situação Líquida	2002
Reservas Cambiais	9.130.655.277	Notas/ Moedas em circulação	7.440.555.647
Disponibilidades e outras aplicações	6.397.311.794	Responsab. p/ c/ o exterior	1.958.372.092
Crédito a não residentes	532.015.709	Responsab. p/ c/ o exterior/ME	560.352.391
Títulos estrangeiros	1.992.783.361	Depósitos e outras responsab.	53.224.991
Fundo Monetário Internacional	0	Empréstimos e outros créditos	354.117.000
Direitos de saque especiais	152.011	Atrib. Direitos de Saque esp.	89.249.000
Participação em organ. internacionais	207.970.307	Responsab. para com outros Org. intern.	63.761.400
Outros activos externos	422.095		
Crédito Interno	2.822.709.303	Responsab. p/ c/ o exterior/MN	1.398.019.701
Crédito às instituições financeiras	274.517.641	Resp. para com outros Org. intern.	1.398.019.701
Crédito ao Estado	2.121.770.449	Responsab. p/ c/ residentes	10.540.096.314
Crédito a outros residentes	426.421.213	Resp. p/c/ residentes/ME	344.961.455
Títulos Nacionais	8.744.090.000	Resp. para com Inst. Financeiras	14.613.827
Medalhística/Numismática	87.415.663	Resp. para com Estado	330.347.628
Imobilizado	360.963.695	Resp. para com outros residentes	0
Devedores e outros activos	72.220.306	Resp. para com residentes/MN	10.195.134.859
Contas de regularização	469.330.554	Resp. para com Inst. Financeiras	9.325.737.955
		Resp. para com Estado	869.396.904
		Resp. para com outros residentes	0
		Exigibilidades diversas	31.326.655
		Contas de Regularização	61.763.396
		Provisões	1.189.506.700
		Reservas	220.512.776
		Capital	200.000.000
		Resultados transitados	0
		Lucros do exercício	45.251.218
Total Activo	21.687.384.798	Total Passivo + Situação Líquida	21.687.384.798

2.1. Análise do Balanço

A estrutura patrimonial do Banco de Cabo Verde apresenta em 31 de Dezembro de 2002, um activo líquido ⁽⁴⁾ de 21.686.962.703 escudos, evidenciando uma taxa de crescimento de 13,2% em relação ao ano transacto.

Quadro 42

Activo

	2001	2002		
	em escudos	em escudos	Variação	Tx. C. em %
Disponibilidades e outras aplicações	5.681.429.707	6.397.311.794	715.882.087	12,6
Crédito a não residentes	664.595.573	532.015.709	-132.579.864	-19,9
Outros activos s/ exterior	496.392	422.095	-74.297	-15,0
Títulos estrangeiros	0	1.992.783.361	1.992.783.361	
Fundo Monetário Internacional	0	0	0	
Direitos de saque especiais	2.351.659	152.011	-2.199.648	-93,5
Participação em outros org. Internacionais	207.970.307	207.970.307	0	0,0
Crédito às Instituições Financeiras	438.360.538	274.517.641	-163.842.897	-37,4
Crédito ao Estado	1.836.132.750	2.121.770.449	285.637.699	15,6
Crédito a outros residentes	411.568.369	426.421.213	14.852.844	3,6
Títulos nacionais	8.274.960.000	8.744.090.000	469.130.000	5,7
Medalhística/Numismática	89.116.923	87.415.663	-1.701.260	-1,9
Imobilizado	362.497.228	360.963.695	-1.533.533	-0,4
Devedores e outros activos	90.055.784	72.220.306	-17.835.478	-19,8
Contas de regularização	1.092.045.333	469.330.554	-622.714.779	-57,0
Total Activo	19.151.580.563	21.687.384.798	2.535.804.235	13,2

O passivo, expurgado o efeito do valor do Cabo Verde Trust Fund e a situação líquida ascendem a 20.031.692.009. e 1.655.270.694 escudos, respectivamente.

⁽⁴⁾ Activo líquido de provisões, amortizações e montante do Cabo Verde Trust Fund

Quadro 43

Passivo + Situação Líquida

	2001	2002		
	em escudos	em escudos	Varição	Tx. C. em %
Passivo				
Notas/Moedas em circulação	7.321.409.733	7.440.555.647	119.145.914	1,6
Depósitos e outras resp. para com exterior ME	63.416.423	53.224.991	-10.191.432	-16,1
Empréstimos e Outros Créditos externos ME	0	354.117.000	354.117.000	
Responsab. para com outros Org. intern. ME	74.984.700	63.761.400	-11.223.300	-15,0
Atrib. Direitos de Saque especiais	97.377.200	89.249.000	-8.128.200	-8,3
Responsab. para com outros Org. intern. MN	1.398.244.731	1.398.019.701	-225.030	0,0
Responsab. para com Inst. Financeiras ME	15.165.465	14.613.827	-551.638	-3,6
Responsab. para com o Estado ME	256.065.192	330.347.628	74.282.436	29,0
Responsab. para com outros residentes ME	0	0	0	
Responsab. para com Inst. Financeiras MN	7.212.623.414	9.325.737.955	2.113.114.541	29,3
Responsab. para com o Estado MN	444.966.198	869.396.904	424.430.706	95,4
Exigibilidades diversas	31.388.071	31.326.655	-61.416	-0,2
Contas de Regularização	52.391.244	61.763.396	9.372.152	17,9
Situação Líquida				
Capital	200.000.000	200.000.000	0	0,0
Reservas	174.697.906	220.512.776	45.814.870	26,2
Provisões	1.427.059.705	1.189.506.700	-237.553.005	-16,6
Resultados transitados	0	0	0	
Lucros do exercício	381.790.581	45.251.218	-336.539.363	-88,1
Total Passivo + Situação Líquida	19.151.580.563	21.687.384.798	2.535.804.235	13,2

Considerando os movimentos verificados nas principais rubricas do balanço no período, realçam-se os seguintes desenvolvimentos:

Do lado do Activo:

- As Disponibilidades e Outras Aplicações, que representam valores disponíveis em moeda estrangeira no exterior, apresentam um aumento de 12,6%, em resultado dos influxos de capital no quadro do programa de ajustamento estrutural (sobretudo da União Europeia), da ajuda orçamental concedida por parceiros bilaterais bem como das facilidades de saques concedida ao abrigo do Acordo de Cooperação Cambial com Portugal. Contribuíram ainda para esta evolução, os encaixes de divisas resultante da entrada física em circulação das notas e moedas do Euro, as entradas de rendimentos do *Trust Fund* e as compras de divisas às Instituições de Crédito no país. Esta rubrica integra os seguintes itens:

Notas e moedas estrangeiras	3.797.450\$11
Depósitos à ordem no estrangeiro	761.476.048\$00
Aplicações no exterior	5.632.038.296\$00

- Representando saldos de Acordos de Pagamentos Bilaterais, o crédito a não residentes apresenta uma variação negativa de 19,9%, a qual se deve à amortização de uma parcela do crédito pelo Banco Nacional de Cuba, associada aos efeitos induzidos pela actualização cambial (desvalorização do dólar face ao escudo) feita no período;

- A rubrica “ Outros Activos sobre o Exterior” representam depósitos à ordem no exterior em nome do Banco de Cabo Verde, pertencentes ao *International Support for Cabo Verde Stabilization Trust Fund*;

- Os Títulos Estrangeiros evidenciam neste período um saldo bruto de 1.996.788.819 escudos. Compreende, por um lado, as aplicações financeiras em obrigações geridas pelo Banco Central de Luxemburgo, no âmbito do contrato de gestão assinado com aquela instituição, expressas em euros e em denominações de moedas dos países membros da União com maturidade até 2 anos e, por outro, as aplicações financeiras em acções avaliadas ao custo histórico (4.005.458\$00) totalmente cobertas por provisão;

- As disponibilidades do Banco junto do FMI, equivalentes a 1.056 SDR decresceram em 93,5%, em resultado das liquidações de operações junto daquele organismo internacional;

- As Participações em Organismos Internacionais, avaliadas ao custo histórico, encontram-se desagregadas da forma que se segue:

BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO	111.427.600\$00
AFREXIMBANK - BANK AFRIC. D'EXPORT. IMPORT ⁽⁵⁾	86.500.000\$00
BANCO MUNDIAL	6.695.138\$00
ASSOCIAÇÃO INTERN. DESENVOLVIMENTO	3.347.569\$00

⁽⁵⁾ Encontra-se realizado em 40% do valor subscrito pelo Banco.

- A rubrica “Empréstimos às Instituições Financeiras”, que inclui o saldo referente ao repasse da linha de crédito à indústria, transferida por protocolo de separação ao Banco Comercial do Atlântico, as operações de facilidades permanentes de cedência de liquidez e os empréstimos caucionados com títulos da dívida pública, acusa uma diminuição da ordem dos 37,4%, em resultado da liquidação antecipada de um empréstimo caucionado com títulos da dívida pública e da amortização de uma parcela do repasse da linha de crédito;

- O Financiamento ao Estado acusa um aumento de 15,6%, que se explica sobretudo pela diferença entre o saldo titulado pelo protocolo assinado em 2002, no montante de 755.001.643 escudos, referente ao montante transitado na conta corrente do Estado em 2000, e a conversão do protocolo n.º 1/2000 no valor de 469.138.914 escudos em títulos da dívida pública - Obrigações do Tesouro;

- A rubrica “Crédito a Outros Residentes” inclui para além dos créditos a funcionários, créditos de natureza comercial que por força do protocolo de separação do Banco - transformação de activos e passivos para o BCA – ficaram no Banco de Cabo Verde e encontram-se cobertos de provisão em cerca de 99%.

- A rubrica “Títulos Nacionais”, que reflecte as participações financeiras do Banco de Cabo Verde em entidades nacionais (SOCAPESCA e SISP), conversão e subscrições de Títulos da Dívida Pública (Obrigações do Tesouro) e, transformação e aquisições a título definitivo de Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF) junto a algumas instituições financeiras (BCA, CECV, INPS), apresenta um acréscimo de 5,7%, a qual se deve à conversão em Obrigações do Tesouro do protocolo n.º 1/2000 acima referido. Verificou-se, no período, uma recuperação de 50% do capital que o Banco detém na SOCAPESCA, entidade em liquidação;

- O Imobilizado contempla bens e valores, que por estarem afectos à actividade do Banco, são de carácter permanente. Encontra-se deduzido das amortizações, calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os critérios em vigor na instituição. Esta rubrica evidencia um decréscimo de 0,4%, em resultado dos abates e das alienações ocorridos no período.

A rubrica “Imobilizações” apresenta a seguinte desagregação:

Quadro 44

Imobilizado		em escudos	
	Activo	Amortizações	Activo Líquido
Imobilizado Incorpóreo	20.599.005	16.279.086	4.319.919
Imobilizado Corpóreo			
Imovéis:			
Imóveis ao serviço próprio	232.155.304	121.792.618	110.362.686
Outros Imóveis	93.405.818	32.805.293	60.600.525
Equipamento:			0
Mobiliário e material	64.554.187	46.327.630	18.226.557
Máquinas e ferramentas	37.804.858	35.039.181	2.765.677
Equipamento informático	44.618.157	31.898.098	12.720.059
Instalações interiores	59.843.405	48.199.713	11.643.692
Material de transporte	20.318.500	7.387.108	12.931.392
Outros equipamentos	164.930	164.930	0
Património artístico	698.500	0	698.500
Outros imobilizados corpóreos	5.204.579	1.474.752	3.729.827
Imobilizado em curso	122.964.861	0	122.964.861
Total	702.332.104	341.368.409	360.963.695

- A rubrica “Devedores e Outros Activos”, que reflecte as operações activas não vinculadas à actividade normal do Banco, acusa um decréscimo de 19,8%, em resultado da regularização de algumas operações referentes aos anos 1999 e 2001. O saldo que ora apresenta integra o protocolo de financiamento assinado com o então Instituto de Fomento à Habitação (IFH), antes da separação do banco;

- As Contas de Regularização englobam as operações de acréscimos e diferimentos e outras operações internas transitórias que, por motivos vários, não podem ser enquadradas, de imediato, nas respectivas contas. Apresenta um decréscimo de 57%.

Esta rubrica apresenta a composição seguinte:

Proveitos a receber	244.690.818\$00
Despesas com custo diferido	222.512.818\$00
Outras contas internas e de regularização	2.126.918\$00

Os proveitos a receber integram juros a receber de créditos de financiamento concedidos às Instituições Financeiras e à Imobiliária Fundiária e Habitat, então Instituto de Fomento e Habitação, bem como os provenientes de remuneração e de rendimentos de títulos da dívida pública do Estado de Cabo Verde e as especializações de aplicações em moeda estrangeira no exterior.

As despesas com custos diferidos englobam as despesas realizadas a serem imputadas aos exercícios seguintes, enquanto que a rubrica “Outras contas internas e de regularização” representa sal-

dos a regularizar provenientes de operações diversas.

Do lado do Passivo:

- Representando valores emitidos deduzidos das notas e moedas existentes na tesouraria do banco, a rubrica “Notas e Moedas em Circulação” acusa um aumento de 1,6%;

- Os Depósitos e Outras Responsabilidades para com o Exterior em moeda estrangeira conhece um aumento de 19,8%, justificado pelos efeitos das oscilações cambiais verificadas no período.

Decompõe-se em:

responsabilidades para com Organismos Internacionais em moeda nacional, referente à participação do Banco de Cabo Verde, por realizar, no Afreximbank no valor de 600.000 USD, representativo de 60% da participação do capital naquele organismo;

empréstimos obtidos do Fundo Monetário Internacional (FMI) no montante de 2.460.000 DTS, no âmbito do Programa de Redução da Pobreza (PRGF);

atribuição cumulativa no FMI, que releva as responsabilidades perante o FMI decorrente da atribuição de direitos de saques especiais no montante de 620.000 DTS, correspondente a 87.249.000\$00 valorizado ao câmbio do dólar no final do período;

outras responsabilidades perante credores não residentes em moeda estrangeira no montante de 53.224.991\$00;

- Representando as responsabilidades em moeda estrangeira para com as Instituições Financeiras no país e para com o Estado, a rubrica “Responsabilidades para com Residentes-ME”, acusa um aumento de 27,2%. As responsabilidades para com as Instituições Financeiras evidenciam os depósitos dos bancos comerciais em moeda estrangeira, que servem de contas de liquidação e de retenção das disponibilidades necessárias ao cumprimento das reservas mínimas de caixa, enquanto que as responsabilidades para com o Estado integram contas de liquidação do Tesouro (projectos de investimento), financiados por parceiros de desenvolvimento de Cabo Verde bem como a contrapartida do montante referente ao *International Support for Cabo Verde Stabilization Trust Fund*;

- As Responsabilidades para com Residentes-MN, que relevam as responsabilidades em moeda nacional para com as Instituições Financeiras no país e para com o Estado, apresenta uma taxa de crescimento de 33,1%. As responsabilidades para com Instituições Financeiras, que integram os

depósitos associados ao cumprimento das reservas mínimas de caixas, repatriamento de notas e moedas com a entrada em circulação do Euro e as facilidades permanentes de liquidez - absorção, acusam um aumento de 29,2% que se justifica sobretudo pela imposição legal ligada aos depósitos dos bancos *offshores* residentes junto do Banco Central. As responsabilidades para com o Estado reflectem contas de liquidação do Tesouro (projectos de investimentos) abertas em moeda nacional junto do Banco e financiados por parceiros de Cabo Verde, assim como o repasse da linha de crédito à indústria financiado pela Associação Internacional de Desenvolvimento;

- A rubrica “Exigibilidades Diversas” contempla o saldo da conta “Moedas retiradas de circulação”, representativo da responsabilidade do Banco perante terceiros detentores das mesmas, enquanto não forem atingidos os respectivos prazos de prescrição.

Moedas retiradas de circulação c/ Banco.....	31.266.655\$00
Outras exigibilidades.....	60.000\$00

- As Contas de Regularização compreendem as contas de acréscimos e deferimentos e outras operações internas transitórias que, por motivos vários, não podem ser enquadradas nas respectivas contas. Apresenta uma variação absoluta positiva de 9.372.152\$00. e integra, entre outros, os seguintes itens:

Custos a pagar.....	14.933.058\$00
Outras contas de regularização.....	40.533.880\$00
Receitas com proveito diferido.....	3.041.516\$00
Reavaliação de reservas cambiais.....	3.254.942\$00

Relativamente à Situação Líquida:

- O Capital Social do Banco de Cabo Verde, de acordo com o artigo 4º da Lei Orgânica, é de 200.000.000\$00.

- Constituídas por transferências dos resultados de exercícios positivos, apurados e distribuídos nos termos da Lei Orgânica do BCV, em finais de 2002 as Reservas do Banco ascendiam a 220.512.775\$00;

- Criadas para fazer face a riscos de natureza específica, nomeadamente riscos gerais de crédito, flutuações cambiais, pensões de reforma e sobrevivência e tratamento do pessoal no exterior, a

rubrica “Provisões” regista um decréscimo de 16,6% em virtude, principalmente, da anulação da provisão criada para riscos gerais de crédito.

2.2. Demonstração de Resultados do Exercício

O mapa “**Demonstração de Resultados do Exercício**”, que se insere a seguir, espelha o resultado do exercício referente a 31 de Dezembro de 2002.

Quadro 45

		em escudos	
Custos e Perdas	2002	Proveitos e Ganhos	2002
Juros e Custos Equiparados	59.576.239	Juros e Proveitos Equiparados	539.342.846
Juros de responsab. para com exterior	2.819.542	De operações com exterior	192.844.738
Juros de responsab. para com residentes	56.756.697	De financ. às Inst. Financ. do País	9.058.781
		De financiamento ao Estado	75.132.879
		De Títulos nacionais	226.136.426
		De outros juros	36.170.022
		Rendimentos de títulos	175.424.385
Comissões e outros custos bancários	3.989.801	Comissão e outros proveitos e lucros	47.046.610
Prejuízos em operações financeiras	535.934.675	Lucros em operações financeiras	28.666.625
Prejuízos em operações cambiais	529.669.413	Lucros em operações cambiais	24.529.093
Prejuízos em outras operações Financ.	6.265.262	Lucros em operações financeiras	4.137.532
Gastos Gerais Administrativos	441.942.288		
Custos com o pessoal	370.853.837		
Remunerações	136.103.908		
Encargos sociais	203.955.582		
Outros custos com o pessoal	30.794.347		
Fornecimento e serviços de terceiros	71.088.451		
Fornecimento de terceiros	10.866.332		
Serviços de terceiros	60.222.119		
Custos c/ emissão e amortiz. de notas	30.289.381		
Outros custos e prejuízos	4.589.808		
Amortizações do exercício	34.020.993	Reposição de provisões	334.158.077
Total de Custos	1.110.343.185	Total de Proveitos	1.124.638.543
Perdas Extraordinárias	18.229.556	Ganhos extraordinários	49.185.415
Total de custos perdas	1.128.572.741	Total de proveitos e ganhos	1.173.823.958
Resultado do Exercício	45.251.218		

Análise da Demonstração de Resultados do Exercício

Em Dezembro de 2002, o resultado do exercício alcançou os 45.251.218\$00 positivos, representando uma variação negativa de 88,1% face ao atingido em 2001. Esta evolução reflecte essencialmente o aumento mais do que proporcional registado nos custos de exploração (79,4%), em virtude dos prejuízos incorridos na efectivação de operações cambiais em moeda estrangeira, não compensados pelo incremento de 24,2% verificado nos proveitos de exploração. O exercício de 2002 evidencia um resultado de exploração positivo de 14.295.259\$00 que se compara aos 286.747.327\$00 positivos de 2001 e um resultado extraordinário de 30.955.859\$00 positivos.

O quadro “Síntese Comparativa de Resultados”, a seguir inserido, permite avaliar a evolução das principais componentes da “Demonstração de Resultados do Exercício” em 2001 e 2002.

Quadro 46

Designação	Dezembro 01	Dezembro 02		
	em escudos	em escudos	Variação	Tx. C. em %
Proveitos e ganhos				
Proveitos de exploração	905.810.446	1.124.638.543	218.828.097	24,2
Juros e proveitos equiparados	542.336.284	539.342.846	-2.993.438	-0,6
Lucros em operações financeiras	151.223.371	28.666.625	-122.556.746	-81,0
Comissões e outros Proveitos e lucros	37.973.914	47.046.610	9.072.696	23,9
Reposição de provisões	102.547	334.158.077	334.055.530	
Rendimentos de títulos	174.174.330	175.424.385	1.250.055	0,7
Ganhos extraordinários	158.020.837	49.185.415	-108.835.422	-68,9
Total de proveitos e ganhos	1.063.831.283	1.173.823.958	109.992.675	10,3
Custos e Perdas				
Custos de exploração	619.063.119	1.110.343.185	491.280.066	79,4
Juros e custos equiparados	12.296.050	59.576.239	47.280.189	384,5
Comissões e out. custos bancários	2.020.444	3.989.801	1.969.357	97,5
Prejuízos em operações financeiras	16.278.292	535.934.675	519.656.383	
Gastos gerais e administrativos	422.213.346	441.942.288	19.728.942	4,7
Custos com o pessoal	353.722.748	370.853.837	17.131.089	4,8
Remunerações	132.209.324	136.103.908	3.894.584	2,9
Encargos sociais	195.599.019	203.955.582	8.356.563	4,3
Outros custos c/pessoal	25.914.405	30.794.347	4.879.942	18,8
Fornecimento e serviços de terceiros	68.490.598	71.088.451	2.597.853	3,8
Fornecimento de terceiros	12.084.374	10.866.332	-1.218.042	-10,1
Serviços de terceiros	56.406.224	60.222.119	3.815.895	6,8
Custos c/ emissão e amort. notas	28.553.469	30.289.381	1.735.912	6,1
Outros custos e prejuízos	4.170.006	4.589.808	419.802	10,1
Amortizações do exercício	34.519.264	34.020.993	-498.271	-1,4
Provisões do exercício	99.012.248		-99.012.248	
Perdas extraordinárias	62.977.583	18.229.556	-44.748.027	-71,1
Total de custos e perdas	682.040.702	1.128.572.741	446.532.039	65,5
Resultado de exploração	286.747.327	14.295.359	-272.451.968	-95,0
Resultado do exercício	381.790.581	45.251.218	-336.539.363	-88,1

Os **Proveitos e Ganhos** atingiram o montante de 1.173.823.958\$00, traduzindo-se num aumento de 10,3%, que se explica pelo seguinte:

- decréscimo de 81% nos Lucros em Operações Financeiras, em resultado da diminuição verificada nos ganhos com a efectivação de operações cambiais. Esta diminuição deveu-se sobretudo à depreciação do dólar registada em 2002;
- aumento de 23,9% na rubrica “Comissões e Outros Proveitos e Lucros”, explicado pelos acréscimos verificados nos rendimentos provenientes da participação do Banco em 5% no resultado líquido do Trust Fund;
- aumento de 334.055.530\$00 na rubrica “Reposição de Provisões”, em resultado da anulação de provisões constituídas para fazer face a riscos gerais de crédito e a menos valias decorrentes da participação do Banco no capital social da SOCAPESCA em liquidação, cuja recuperação atingiu os 50%. Esta rubrica contempla ainda a utilização de provisões para cobertura de menos valias cambiais não efectivadas até Julho de 2002 e cobertura de situações relacionadas com a incobrabilidade de créditos;
- decréscimo de 68,9% nos Ganhos Extraordinários. Esta rubrica reflecte os ganhos atribuídos a exercícios anteriores, nomeadamente em valores imobilizados e em operações não decorrentes da actividade do banco, designadamente a recuperação de créditos incobráveis.

Os **Custos e Perdas** alcançaram os 1.128.572.741\$00, 65,5% em relação ao ano anterior, em virtude:

- do aumento em 47.280.189\$00 em Juros e Custos Equiparados, justificado pela assunção dos custos incorridos no âmbito da execução da política monetária;
- do aumento em 519.656.383\$00 em Prejuízos em Operações Financeiras, derivado essencialmente da efectivação de operações em dólar americano no mercado internacional;
- dos Gastos Gerais Administrativos que acusaram um aumento de 4,7% em resultado dos acréscimos em 4,8% e 3,8% verificados nos Custos com o Pessoal e nos Fornecimentos e Serviços de Terceiros, respectivamente.

- do decréscimo em 71,1% verificado em “Perdas Extraordinárias”, rubrica essa que reflecte a regularização de situações antigas e despesas imputadas ao pessoal não especificadas no exercício anterior;

- no período em análise, não se verificou a constituição de provisões.

Conselho de Administração:

Governador

Olavo Avelino Garcia Correia

Administradores

João Andrade

Manuel Costa

2.3. Relatório dos Auditores Externos



BDO Binder & Co.
(Cabo Verde)
Auditoria, Impostos
e Consultoria

Rua Andrade Corvo
Caixa Postal 63
Praia - Cabo Verde

Telefone (238) 613208
Telefax (238) 613209
E-mail: pina.fonseca
@ cv.telecom.cv

Exmo. Conselho de Administração do
Banco de Cabo Verde
Praia

1. Examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2002 do Banco de Cabo Verde (adiante designado por BCV ou Banco) e a Demonstração de Resultados referente ao exercício findo naquela data, que evidenciam um activo líquido de 21 687 385 contos e uma situação líquida de 1 655 271 contos, incluindo um resultado do exercício de 45 251 contos, bem como as correspondentes Notas Explicativas, cuja elaboração é da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco. A nossa responsabilidade consiste em expressarmos uma opinião sobre as referidas demonstrações financeiras com base na auditoria que realizámos. As Demonstrações Financeiras são apresentadas em contos caboverdianos correspondendo um conto a um milhar de escudos caboverdianos (CVE).

2. O nosso exame foi realizado de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites, as quais requerem que a auditoria seja planeada e executada de forma a obtermos uma razoável segurança sobre se as Demonstrações Financeiras contém ou não erros ou omissões significativas. Uma auditoria inclui a verificação, por amostragem, da documentação de suporte dos valores e das informações constantes das Demonstrações Financeiras. Inclui também a apreciação dos princípios contabilísticos adoptados e das estimativas mais significativas efectuadas pelo Conselho de Administração, bem como a avaliação da apresentação das Demonstrações Financeiras consideradas na sua globalidade. É nossa convicção que a auditoria que realizámos constitui uma base razoável da nossa opinião.

3. De acordo com os estatutos do BCV, as reformas dos seus funcionários são da responsabilidade do Banco. Embora exista um fundo para pensões de reforma e de sobrevivência, que tem sido reforçado ao longo dos anos e que ascende, em 31 de Dezembro de 2002, a 986 993 contos, o estudo actuarial existente, reportado a 31 de Dezembro de 1995, evidenciava uma responsabilidade do Banco para com os seus actuais funcionários e reformados de cerca de 1 041 600 contos. Desta forma, o fundo existente poderá revelar-se insuficiente em, pelo menos, cerca de 54 600 contos.

4. Em nossa opinião, excepto quanto aos eventuais efeitos da situação mencionada no parágrafo 3, as Demonstrações Financeiras anexas, lidas com as notas explicativas que as acompanham, reflectem adequadamente a situação financeira do Banco de Cabo Verde, em 31 de Dezembro de 2002 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data. As referidas Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Cabo Verde. Os critérios contabilísticos mais significativos, utilizados na preparação das Demonstrações Financeiras, estão descritos na Nota 2.

5. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, salienta que decorrente da entrada em vigor da nova Lei Orgânica do BCV, através da Lei nº 10/VI/2002, de 15 de Julho, o Banco procedeu à alteração do princípio contabilístico que vinha sendo utilizado no que respeita à actualização cambial. Até à entrada em vigor desta Lei Orgânica, as actualizações cambiais eram reflectidas nas contas de resultados, passando agora a serem relevadas numa conta de balanço e, no final do exercício, caso se apure uma perda, a mesma é reflectida como custo, mas tratando-se de um proveito, a mesma fica em balanço não afectando os resultados. A alteração deste princípio contabilístico provocou a diminuição do resultado do exercício de 2002 em 3 255 contos.

BDO BINDER & CO.

BDO Binder & Co.

Praia, 13 de Março de 2003

Órgãos de Administração:

Governador

Olavo Avelino Garcia Correia

Administradores

João Andrade

Manuel Costa 1/

1/Nomeado pela Resolução n.º 10/02 de 27 de Fevereiro

Responsáveis Pelos Órgãos de Direcção:

Departamento de Estatísticas e Estudos Económicos (DEE)

António Péricles Silva

Departamento de Supervisão das Instituições Financeiras (DSU)

João Carlos Fidalgo

Departamento de Emissão e Mercados (DEM)

Almerindo Fonseca

Departamento de Organização de Recursos Humanos (DRS)

Herculano Silva

Departamento de Contabilidade e Sistemas de Pagamentos (DCP)

Antónia Lopes

Departamento Jurídico (DJU)

João Carlos Fidalgo

Departamento de Serviços Geral e Serviços de Apoio (DAP)

António Varela